



Clipping Nacional de EDUCAÇÃO

Brasília, 14 de Outubro de 2019

Bolsonaro, Witzel e Crivella lideram popularidade em redes sociais

De acordo com indicador, Bolsonaro, Witzel e Crivella são os mais populares no Facebook, Twitter e Instagram; Doria, ao se afastar do presidente, perdeu fôlego

Por Cristian Klein — Do Rio

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) pode estar com popularidade em queda nas pesquisas, o governador Wilson Witzel (PSC) é criticado pela violência da Polícia Militar fluminense e a reeleição do prefeito do Rio Marcelo Crivella (PRB), no ano que vem, é tida como improvável. Mas os três governantes têm em comum um fato: o prestígio nas redes sociais é tanto que eles se destacam como as figuras que mais mobilizam apoio nos níveis nacional, estadual e municipal. Em contraste, o governador de São Paulo, João Doria (PSDB), outro político de perfil conservador, vem perdendo fôlego no ambiente virtual. É o que aponta o Índice de Popularidade Digital (IPD), um indicador criado pelo especialista em marketing e professor de ciência política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Felipe Nunes, diretor da consultoria Quaest.

Com dados robustos que sintetizam o engajamento de usuários de Facebook, Twitter e Instagram, o IPD mostra o desempenho de personalidades públicas - e também de marcas empresariais. Na série mensal,

iniciada em janeiro, um movimento se destaca: a queda de João Doria. O tucano era o mais popular dos governadores, mas passou para a sétima colocação, num declínio que coincide com o descolamento em relação a Bolsonaro. Entre agosto e setembro, caiu quatro posições.

Na análise, Nunes mostra que as postagens de Doria que mais geravam engajamento - ou seja, compartilhamentos ou comentários que marcam outras pessoas - eram, em sua maioria, associadas ao presidente da República. O mesmo não acontece com Witzel, que também tem se distanciado de Bolsonaro. Para Nunes, enquanto o governador do Rio ancora sua imagem numa agenda temática, a da segurança pública - com ações policiais que ganham repercussão nacional - isso é inexistente no caso do tucano, que se elegeu com uma agenda política. Numa tentativa de recuperar terreno, Doria lançou há três semanas uma campanha publicitária com ares do filme “Tropa de elite”.

“Doria não foi eleito pela redução dos impostos, ou pela questão da segurança. Mas pelo movimento político contra o PT, e por isso, inclusive, colocou sua imagem à onda Bolsonaro. Já Witzel foi votado com o discurso de combate à bandidagem, o que lhe deu credibilidade no eleitorado conservador, mesmo se afastando de

Bolsonaro”, afirma Felipe Nunes.

Em janeiro, Witzel era apenas o décimo governador mais popular, segundo o IPD, e cresceu progressivamente nas redes sociais, apesar das críticas de uma atuação que vem resultando em mortes de inocentes. No entanto, depois do assassinato da menina Ágatha Félix, de 8 anos, durante operação policial, Witzel para de crescer, o que pode indicar um limite para a política linha-dura do governador, afirma o analista.

Em contraste, nem com todas as polêmicas desde o início do mandato, Bolsonaro perdeu popularidade no ambiente digital. Paira muito acima dos demais presidenciais, como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o apresentador de TV Luciano Huck, que vêm em segundo e terceiro lugares, respectivamente. Bolsonaro foi a única figura no grupo que, desde janeiro, mantém alta a mobilização e o engajamento, e conseguiu aumentar a fama, três dos cinco indicadores que compõem o IPD. No Facebook, de 1º de janeiro a 30 de setembro, o presidente conquistou 854 mil seguidores (está com 9,8 milhões), enquanto Huck cresceu 315 mil (tem 18,4 milhões); e Lula, com 3,9 milhões, perdeu 3 mil seguidores.

“Isso reforça a ideia de que Bolsonaro continua alimentando o





seu fã clube. É uma popularidade que não está apenas no nível da política e da racionalidade. Ele cultivou por muito tempo um exército de pessoas que o idolatram nas redes. Isso indica que ele vai ficando cada vez mais forte e pode falar apenas para a sua ‘bolha’”, diz Nunes. O professor da UFMG afirma que Bolsonaro consolida cada vez mais e é dono desse território da direita. “Ele não precisa se preocupar com o restante do eleitorado, do mesmo modo que um presidente americano, como o Donald Trump, não precisa fazer campanha em Estados perdidos, como a Califórnia, e só se dedica aos ‘swing states’, como Flórida e Ohio”, compara. Nunes reconhece que parte do apoio pode ser artificial e que a ferramenta para monitorar e excluir a ação de robôs ou de eventuais “milícias digitais” está sendo desenvolvida.

Com relação a Huck, o pesquisador afirma que, apesar de o apresentador ter o dobro de seguidores do presidente no Facebook, falta gerar mobilização, pois suas postagens não costumam tratar de política: “O que as pessoas buscam nas redes é posicionamento”. Por outro lado, observa Nunes, as publicações que citam Huck como eventual candidato à Presidência - postadas por ele ou de reportagens na imprensa - são as que mais desagradam seus seguidores. “Não parece que existe um movimento pró-Huck nas redes”, diz.





Os mais populares

Políticos conservadores lideram indicador de popularidade nas redes sociais

Presidenciável

	Nome	Partido	IPD		Posição
1º	Jair Bolsonaro	PSL	88,92	Estável	0
2º	Lula	PT	31,16	Positiva	2
3º	Luciano Huck	-	30,77	Negativa	1
4º	F. Haddad	PT	23,51	Positiva	1
5º	João Amoêdo	Novo	20,34	Positiva	1
6º	Ciro Gomes	PDT	18,89	Positiva	2
7º	Guilherme Boulos	Psol	18,76	Estável	0
8º	Marina Silva	Rede	17,82	Negativa	5
9º	Alvaro Dias	Podemos	17,15	Estável	0
10º	Geraldo Alckmin	PSDB	14,07	Estável	0

Governador

	Nome	Partido	Estado	IPD		Posição
	Wilson Witzel	PSC	RJ	59,97	Estável	0
	Ronaldo Caiado	DEM	GO	50,26	Estável	0
	Eduardo Leite	PSDB	RS	49,85	Positiva	4
	Rui Costa	PT	BA	46,72	Positiva	1
	Romeu Zema	Novo	MG	42,85	Positiva	1
	Ratinho Junior	PSD	PR	39,33	Positiva	5
	João Doria	PSDB	SP	39,29	Negativa	4
	João Azevêdo	PSB	PB	37,79	Positiva	1
	Camilo Santana	PT	CE	36,02	Positiva	3
	Flávio Dino	PCdoB	MA	34,63	Negativa	2

Prefeito

	Nome	Partido	Capital	IPD		Posição
	Marcelo Crivella	PRB	Rio de Janeiro	67,13	Estável	0
	Teresa Surita	MDB	Boa Vista	49,57	Positiva	3
	ACM Neto	DEM	Salvador	46,49	Estável	0
	Alexandre Kalil	PSD	Belo Horizonte	33	Negativa	2
	Álvaro Dias	MDB	Natal	26,75	Positiva	8
	Marquinhos Trad	PSD	Campo Grande	24,9	Positiva	2
	Roberto Cláudio	PDT	Fortaleza	24,41	Positiva	2
	Emanuel Pinheiro	MDB	Cuiabá	22,13	Negativa	2
	Gean Loureiro	-	Florianópolis	22,04	Negativa	5
	Luciano Rezende	Cidadania	Vitória	20,69	Negativa	4

Variação em relação ao mês anterior (set/ago)

Positiva Negativa Estável

Fonte: Quæst Consultoria e Pesquisa.

ANTÔNIO
GOISsociedade@oglobo.com.br

Análise de um discurso

Na semana passada, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, anunciou em São Paulo a entrega de 180 ônibus escolares para municípios. Não foi a primeira vez, nem será a última, que um ministro sobe num palanque para anunciar com pompa e circunstância pequenas ações pontuais. Isso sempre fez parte do jogo político, e todo cidadão é livre para se iludir

com as palavras do governante da vez.

O problema foi que, em seu discurso improvisado, Weintraub citou dados exagerados ou equivocados. De novo, não foi o primeiro nem será o último, mas é justo cobrar da principal autoridade educacional do país que tenha mais rigor ao citar dados para embasar ideias ou ações. Ao defender a prioridade para a educação infantil (tese absolutamente legítima), o ministro faz um paralelo com os gastos em universidades federais, contrapondo um investimento ao outro. Disse que “cada universidade federal dessas grandes custa mais de R\$ 3 bilhões por ano” e que, “com uma delas, a gente põe todas as crianças na creche e pré-escola”. Se fizer isso com esse valor e sem comprometer a qualidade, operará um milagre.

Segundo o IBGE, há 6,5 milhões de crianças de zero a 3 anos e 500 mil na faixa de 4 e 5 fora da escola. O Inep mostra que, em 2015, o investimento anual por aluno da educação infantil era de R\$ 6.433. Corrigindo pela inflação para valores de hoje, daria cerca de R\$ 7.500. Mantido esse patamar, colocar “todas as crianças” na escola envolveria algo em torno de R\$ 50 bilhões a





mais do orçamento do MEC.

No caso das creches, convém registrar que país nenhum tem 100% de sua população de zero a 3 anos matriculada, e a meta do Plano Nacional de Educação é de 50% de atendimento até 2024. Dando a Weintraub o benefício da dúvida, talvez ele estivesse se referindo ao contingente que falta para atingir essas metas. Nesse caso, o déficit seria de cerca de 2 milhões de va-

É justo cobrar da principal autoridade educacional do país que tenha mais rigor ao citar dados para embasar ideias ou ações

gas. Ainda assim, trabalhando com os atuais valores por aluno, estaríamos falando de um montante de mais de R\$ 15 bilhões anuais apenas para creches e pré-escolas. Para efeito de comparação, o valor que a União complementa hoje no Fundeb é de R\$ 14 bilhões.

É certo que esses cálculos não têm precisão absoluta. Pode haver espaço para melhorar a eficiência do gasto, mas é preciso considerar que o custo por aluno em creche, onde o déficit de vagas é maior, tende a ser maior do que o de

uma pré-escola, especialmente no caso das crianças muito pequenas. De qualquer jeito, nada indica que o problema possa ser resolvido com algo em torno de R\$ 3 bilhões.

Weintraub comentou ainda sobre os planos do MEC para expansão do ensino técnico, uma medida, de fato, necessária. Porém, de novo, recorreu a chavões sem embasamento algum ao dizer que “tá cheio de doutor sem emprego”, mas é “difícil ter um bom encanador passando fome”. É impossível checar estatísticas de desemprego de “bons encanadores”, mas é fácil identificar que, no Brasil, o acesso ao ensino superior está relacionado a enormes benefícios individuais. O relatório *Education at a Glance*, da OCDE, mostra, por exemplo, que as taxas de desemprego para quem tem diploma universitário no Brasil são metade das verificadas entre quem parou no ensino médio e que os graduados no país recebem, em média, 150% a mais do que quem parou no antigo segundo grau. É a maior discrepância verificada nos países do relatório. Não porque o ensino superior no Brasil tenha alta qualidade, mas pelo fato de que ainda é para poucos.

Titãs Integrantes da equipe econômica temem que os fundos a serem criados pelo Future-se, do MEC, entrem em choque com o objetivo da pasta de Paulo Guedes de vender o máximo possível dos ativos da União à iniciativa privada.

Sonho meu O Future-se prevê a criação de fundos patrimoniais, que seriam capitalizados com imóveis da União. A autorização de uso desses imóveis renderia verba para as universidades, nos planos do MEC. O desenho, no entanto, não chegou às mãos de Guedes e de seu time técnico.

Bonde da história Segundo o secretário de Educação Superior do MEC, Arnaldo Lima, não há choque. “O Future-se poderá ajudar no licenciamento das propriedades da União, que precisam ser regularizadas antes de serem alienadas.”

Em 1 ano, ensino a distância ‘rouba’ 120 mil alunos de cursos presenciais

Modalidade tem piores notas e alta evasão, mas oferece maior flexibilidade e menores preços

Angela Pinho

SÃO PAULO O crescimento acelerado da educação a distância (EAD) tem contribuído para o encolhimento do ensino presencial no Brasil, o que pode mudar em pouco tempo o cenário da formação superior no país. Em um ano, quase 120 mil alunos migraram de uma modalidade para a outra.

O número consta de estudo feito pelo Semesp (entidade das mantenedoras de ensino superior) com base nos microdados do Censo da Educação Superior feito pelo Inep (instituto ligado ao MEC).

Vista com desconfiança por parte dos conselhos profissionais do país, a EAD registra índices de evasão elevados, ao mesmo tempo em que tem demonstrado maior capacidade de atrair alunos.

A transferência de estudantes para a modalidade tem tido impacto especialmente sobre os cursos noturnos.

Há cinco anos, eles eram o destino de mais da metade dos ingressantes no ensino superior privado. Em 2018, a proporção se inverteu pela primeira vez, e a parcela de alunos que entra em faculdade particular via EAD pela primeira vez superou a do ensino presencial

noturno — 45,7% contra 36,7%. Nos diurnos, também houve queda, de 20,8%, em 2013, para 17,6% em 2018.

Ao comparar os censos de 2016 e 2017, o Semesp constatou que parte dessa mudança se deveu à migração de alunos: 119.811 mudaram do presencial para a EAD.

O salto na educação a distância tem contribuído para o ensino superior brasileiro estar apenas estagnado, em vez de em declínio. De 2017 a 2018, as matrículas na modalidade presencial, responsável por três quartos do total, caíram 2,1%, e as de EAD aumentaram 17%. Com isso, o sistema como um todo cresceu 1,9%.

O resultado preocupa, uma vez que a proporção de jovens de 18 a 24 anos na universidade no país, em 18%, está distante da meta do Plano Nacional de Educação de chegar a 33% em 2024, o que aproximaria o Brasil de países desenvolvidos.

Como a EAD tende a atrair alunos mais velhos, pode ser um erro apostar nela para aumentar essa taxa, mesmo com as mensalidades menores, afirma Rodrigo Capelato, diretor executivo do Semesp. A média de idade da modalidade é de 31 anos, contra 24,6 da presencial.

“Os jovens sem vaga em universidade pública e sem financiamento estudantil estão indo direto para o mercado de trabalho”, afirma. “Educação a distância é importante, mas não pode ser vendida como a grande solução.”

A demanda pela ampliação do financiamento estudantil não tem sido bem recebida no governo Jair Bolsonaro (PSL). Indagado sobre o Fies por um representante do setor privado em evento no mês passado, o ministro Abraham Weintraub afirmou: “Vocês vão ter que se virar”.

Outra característica da EAD que dificulta a ampliação do ensino superior é o seu alto índice de evasão, que chegou a 36,5% em 2018, contra 26,5% do presencial.

A qualidade de parte dos cursos é outra fonte de preocupação. No Enade de 2017, que avaliou universitários de licenciaturas e ciências exatas, 46% das graduações a distância tiraram notas 1 e 2, as mais baixas na escala de 1 a 5, ante 33% das presenciais.

Já na edição de 2018 do exame, que examinou cursos de administração, comunicação social e tecnológicos, o desempenho foi similar.

Conselheira da Abed (Asso-

ciação Brasileira de Educação a Distância), Josiane Tonelotto afirma que há um estigma sobre a EAD e que os problemas da formação de professores no Brasil estão presentes nas duas modalidades de ensino. Ela cita pesquisas que mostram que esses cursos tendem a receber alunos com pior desempenho escolar.

Em relação à capacidade da EAD de incluir os jovens, ela diz que isso tem ocorrido cada vez mais. A média de idade na modalidade, no entanto, cai bem lentamente — foi de 32, em 2010, para 31 em 2018. A mediana há uma década é de 30 (metade dos alunos têm mais, e metade, menos).

“A EAD vai ter as duas missões. Vai incluir o aluno que não estaria no ensino superior e encontra a chance de estudar e também tomará parte do espaço do presencial”, diz.

Alunos que fizeram a migração da sala de aula tradicional para o ensino por computador apontam como motivo as mensalidades mais baixas e a flexibilidade da EAD.

Contribui também a já significativa parcela de conteúdo remoto nos cursos presenciais, diz Ricardo Holz, presidente da associação dos estudantes de EAD.





A EAD vai ter as duas missões. Vai incluir o aluno que não estaria no ensino superior e encontra a chance de estudar e também tomará parte do espaço do presencial

Josiane Tonelotto

conselheira da Abed (Associação Brasileira de Educação a Distância)



Educação a distância é importante, mas não pode ser vendida como a grande solução

Rodrigo Capelato

diretor-executivo do Semesp (entidade das mantenedoras de ensino superior)

Portaria editada pelo governo Michel Temer (MDB) no último dia de 2018 ampliou para até 40% a carga horária a distância em cursos presenciais. “Muitos alunos que mudam reclamam que pagavam mais caro para boa parte do curso não ser presencial”, diz Holz.

Estudante de administração no Rio de Janeiro, Juliane Teixeira, 21, conta que decidiu mudar para a EAD logo na primeira semana de aulas, quando soube que a mensalidade cairia de R\$ 400 para cerca de R\$ 260.

A flexibilidade de horários também foi importante, pois permitiu a ela conciliar os estudos com um novo trabalho. Por outro lado, Juliane diz sentir falta da convivência. “Sinto que estudar sozinha me deixou mais travada”, afirma.

Aluna de teologia, Gizele Barbosa, 30, foi para a EAD após ter que mudar de cidade a trabalho. Segundo ela, a modalidade ajuda a conciliar a vida pessoal e profissional, mas demanda uma organização maior do aluno, o que pode prejudicar o seu desempenho.

Recentemente, a EAD sofreu revés com decisões em série de conselhos profissionais de saúde de não aceitar inscrição em seus quadros de pessoas formadas na modalidade, o que pode impedi-las de exercer a profissão. Entre as entidades que adotaram essa medida, estão as de farmácia, medicina veterinária e odontologia.

Na terça-feira (8), o Ministério Público Federal encaminhou ao Ministério da Educação uma recomendação para que a pasta suspenda a autorização para novos cursos a distância na área da saúde.

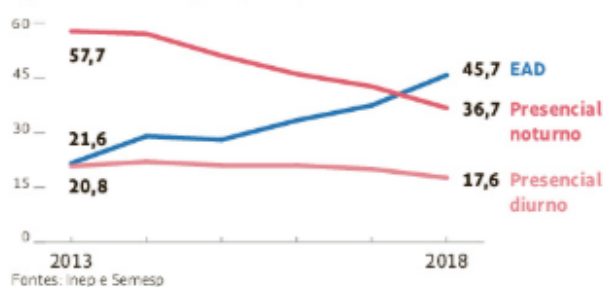




Educação a distância

Cursos EAD superam presenciais noturnos em número de novos alunos

Ingressantes no ensino superior privado, em %

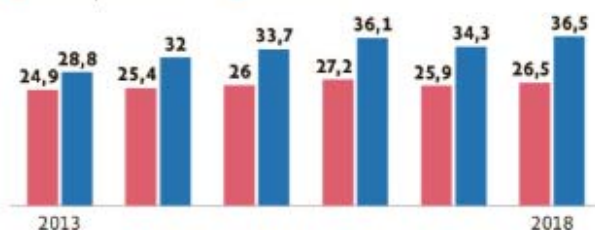


Cursos a distância têm maior evasão...

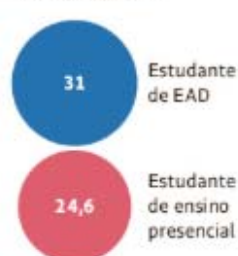
% de alunos que abandonam

■ Cursos presenciais

■ Cursos EAD

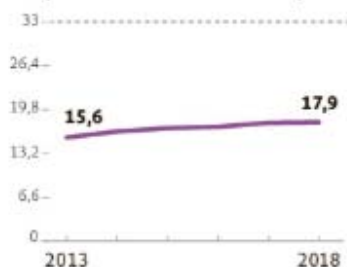


...e tendem a atrair alunos mais velhos



País está longe de meta de ter 33% dos jovens no ensino superior

% de jovens de 18 a 24 anos no ensino superior



Bolsonaro resiste a incluir SP em programa de escolas militares

Paulo Saldaña

BRASÍLIA O governo Jair Bolsonaro tem resistido a incluir o estado de São Paulo no projeto de escolas cívico-militares. A gestão João Doria (PSDB) não aderiu à ação dentro do prazo dado pelo Ministério da Educação (MEC) e depois recuou, pedindo a extensão do período de inscrições.

Para o MEC, São Paulo fez pouco caso do programa e da gestão Bolsonaro. Com o impasse, o estado poderá ficar de fora da ação federal.

O imbróglio começou quando o secretário estadual da Educação, Rossieli Soares, disse à *Folha* que não havia entendido bem a proposta.

No último dia disponível para a adesão dos estados, 27 de setembro, São Paulo encaminhou ao MEC questionamentos sobre o modelo e um pedido de prorrogação. O secretário, porém, anunciou no dia 3 de outubro a intenção de ter escolas cívico-militares paulistas.

O plano federal é transformar, no próximo ano, duas escolas em cada unidade da federação. Serão investidos R\$ 54 milhões em 2020 — cada colégio vai receber R\$ 1 milhão para adequações de infraestrutura e pessoal.

O governo pretende apoiar 216 unidades até 2023. Ao todo, o país tem cerca de 140 mil colégios.

O programa cívico-militar prevê a atuação de equipe de militares da reserva (sejam policiais, bombeiros ou mem-



Da esq., o vice-governador de SP, Rodrigo Garcia, o ministro da Educação, Abraham Weintraub, e o secretário estadual de Educação, Rossieli Soares

Marcelo Chello - Toca.19/CiPress/Agência O Globo

bro das Forças Armadas) na administração escolar.

Diferentemente das escolas puramente militares, totalmente geridas pelo Exército, nesse desenho as secretarias de Educação continuam com a responsabilidade do currículo, mas estudantes precisam usar fardas e seguir as regras definidas por militares.

A não aderência ao plano federal no prazo estipulado tem como pano de fundo o esforço de Doria para se afastar de Bolsonaro. Na campanha

presidencial, o paulista abraçou o slogan Bolsodoria, mas agora tenta se cacifar para a disputa presidencial de 2022.

A *Folha* apurou que o ministro da Educação, Abraham Weintraub, não está disposto a alterar o cronograma para atender São Paulo.

Na quinta-feira (10), ele disse que o MEC analisa como poderia contemplar estados atrasados. "O governador de São Paulo falou: 'Ah, a gente não tinha entendido, agora entendi'. Precisa agora seguir

o rito, não é um ato voluntarioso. E agora está no período de inscrição para os municípios", disse o ministro em entrevista sobre o Enem.

Em nota, a Secretaria da Educação de São Paulo afirma que pediu mais informações porque não foi publicada portaria com normas sobre participação dos estados. Com base em esclarecimentos recebidos pelo MEC no dia 2 de outubro, o estado manifestou o interesse no dia seguinte, segundo a pasta.





216

é o número de escolas civico-militares que o governo federal quer criar até 2023 (último ano da atual gestão), quatro em cada unidade da federação

R\$ 1 milhão

é o quanto cada escola receberá pelo programa para adequações de infraestrutura

140 mil

é o número de escolas que há no país

15 estados

e o Distrito Federal já aderiram ao programa. Agora, municípios desses estados devem se inscrever



O governador de São Paulo falou: 'Ah, a gente não tinha entendido, agora entendi'. Precisa agora seguir o rito, não é um ato voluntarioso

Abraham Weintraub
ministro da Educação

"Além disso, a Seduc-SP [Secretaria de Educação] aguarda a regulamentação da forma em que se dará a participação dos estados", diz a nota.

Os estados tiveram de 6 a 27 de setembro para entrar no programa —15 deles aderiram, além do Distrito Federal.

No Sudeste, apenas Minas Gerais se inscreveu. No Nordeste, só o Ceará. Todos os estados do Sul, do Centro-Oeste e do Norte aderiram. O ministério receberá até 11 de outubro a declaração de interesse de municípios.

Oficialmente, o programa prevê a decisão voluntária das escolas, com aprovação de professores e famílias. Bolsonaro, porém, já declarou que o modelo tem de ser imposto mesmo que haja oposição.

Colégios militares ganharam evidência nos últimos anos por causa de indicadores educacionais positivos e por atacarem o problema da indisciplina.

Por outro lado, educadores se opõem à militarização da educação e à priorização de investimentos no modelo. Reportagem da Folha mostrou que as escolas civico-militares e institutos federais com o mesmo perfil de alunos têm desempenho similar.

São elegíveis ao modelo colégios do segundo ciclo do ensino fundamental (6º ao 9º ano) e de ensino médio com ao menos 500 alunos e no máximo 1.000. O MEC pretende priorizar unidades em regiões mais pobres, mas a lista de colégios ainda não foi definida.

Daniel Castanho**‘A universidade vai ter que se reinventar’**

Não foi por acaso que Daniel Castanho e seu grupo deram à sua instituição o nome de Anima Educação. “Anima é ‘alma’ em latim”, lembra o professor. “Numa reunião com todos que trabalhavam lá se perguntou o que a empresa representava para eles. Uma empresa humana, um propósito, trabalhar com sonhos... E se chegou a essa solução.” A ideia de sonho, ou alma, cresceu, e o professor, que começou dando aulas de matemática e física, comanda hoje uma das principais instituições do setor no País, com quase 125 mil alunos e 7 mil profissionais.

Castanho acha essencial definir, na sua área, uma evolução e um sentido. E compara: nos anos 80 a palavrachave era produtividade, nos 90 globalização, em 2000 já era a gestão de pessoas. O desafio de hoje “é o design organizacional”. A escola “tem de parar de ser um delivery de conteúdo” e ajudar o aluno a crescer numa direção escolhida por ele próprio. Exemplo prático: “A universidade tem de se reinventar através de nanocursos”. O resultado desta maneira de trabalhar é estar, hoje, na lista dos Great Places to Work e “entre as melhores empresas do País para mulheres trabalharem”. A seguir, os principais trechos da

conversa:

Fala-se a toda hora que o Brasil precisa de educação. Como avalia hoje a situação dessa área?

Concordo, até porque educação é minha paixão. Não há na história da humanidade uma sociedade que tenha se desenvolvido sem ter por trás uma educação forte. Ela é a locomotiva da transformação, e o professor o artífice desse processo.

O Brasil evoluiu nisso? Evoluiu na inclusão do cidadão mas não na qualidade. A inclusão foi grande, mas a melhora da qualidade não aconteceu. No ano 2000 a gente tinha 4% da população dos 18 aos 24 anos na universidade. No Chile, já eram, e ainda são, 80%. Nos EUA e outros países desenvolvidos, é de 60% a 80%. Hoje no Brasil são 18%.

Por que esse passo lento por aqui?

O foco inicialmente foi todo na inclusão. O processo começou com o FHC lá atrás, depois vieram o Prouni, o Fies e ampliou-se o número de vagas no ensino superior numa época em que o Brasil vivia o pleno emprego e pouquíssimas pessoas tinham

diploma. O simples fato de ter diploma aumentava a empregabilidade de um cidadão em 2 ou 3 vezes. Aí todo mundo começou a procurar as universidades mais fáceis, rápidas e baratas e o grande a meta virou ter um certificado... Os alunos conseguiam o nível intermediário 4 em inglês e não falavam nada da língua. Não conseguiam emprego e sem emprego não conseguiam pagar a mensalidade do curso. Hoje vemos uma maturidade maior das pessoas, elas buscam instituições com marca reconhecida, aprendem alguma coisa.

Como está o grupo Anima nessa transformação?

Assim como nos anos 80 o grande desafio das empresas era a produtividade, nos 90 era a globalização, o marketing. No ano 2000, a gestão de pessoas. E acho que hoje o grande desafio é o design organizacional. As empresas têm de ser ágeis, ter uma visão exponencial. Hoje a Anima está dividida em squads, que são pequenos times que atuam de forma mais ágil para resolver os problemas. Dou um exemplo prático: não cabe mais um vice-presidente de RH, outros de marketing e financeiro. Quem sabe, o grande desafio é termos um “vice





da experiência do aluno”, outro “da jornada docente”. Enfim, a gente está redesenhando o Anima. De um lado você tem de ter o desafio de gestão, do outro tem de ser uma empresa ambidestra. O que isso significa? Que você inova o que faz e também investe em projetos MVPs.

O que é MVP?

Produto mínimo viável. Um produto que você pode testar e, se deu certo, impacta o negócio inteiro. Como se fossem várias startups. Pois tem de ser mais ágil ante os desafios.

Como vai ser o emprego no futuro? Como educar um profissional para um emprego que você não sabe como vai ser?

A gente está entrando na era do pós-emprego.

Isso não é quando a gente se aposenta?

Não. O que quero dizer é que as pessoas não terão o vínculo que têm hoje com a empresa. A maioria vai ser free lancer, trabalhando por job, um trabalho mais curto. Então, de um lado você entra numa era pós-emprego, a sua carreira vai ser em espiral, sempre crescendo, nunca em linha reta. Você estará num projeto, depois noutro...

Mas esses projetos não exigirão habilidades diferentes?

Totalmente. E isso significa que a universidade vai ter que se reinventar através de nanocursos,

cursos de curta duração. Ao invés de entrar numa faculdade e lá ficar 4, 5 anos, mais 2 de MBA, o seu estudo, sua capacitação, será algo simbiótico, indissociável. Você vai ter uma reunião das 9 às 10, depois uma turma pra estudar das 10 às 11, depois trabalha de novo. Sem aquele negócio de trabalhar das 9 às 6 e depois ir pro MBA. É totalmente integrado. E essa era do pós-emprego vai exigir o quê? Que você seja um empreendedor, o que é diferente do empresário. O empresário corre riscos, o empreendedor trabalha por um propósito. Você trabalha pelo que quer atingir, o seu “ikegai”. Essa é uma palavra japonesa que significa “razão de ser”.

Pode explicar melhor?

É a confluência entre o que você ama, e faz bem, e o que o mundo precisa e que paga para ter. Você não vai trabalhar “para o outro”. Hoje, na universidade, você faz a prova pra passar de ano. Estuda pra mostrar seu certificado pro seu pai, pro seu cônjuge. Mas você tem é que trabalhar pra você, não pro seu chefe.

Ao longo da história, uma grande dificuldade dos seres humanos foi decidir. Saber qual é o seu “ikegai”, seja o que for. Como isso vai acontecer?

O grande desafio é entender, ao longo da vida, quem você é. A estrutura da educação foi desenhada pra se fazer mestrado e doutorado até os 30 anos quando a expectativa de vida era 45. Hoje essa expectativa é de 100 anos.

Não dá pra ter o mesmo desenho. Então, primeiro o “ikegai”, o seu propósito. Que você tenha discernimento ao fazer escolhas. Depois, que seja resiliente, não tenha medo de falhar. E que você goste. Ser resiliente, pra mim, não é ter capacidade de segurar pedras, é a de dissolver pedras.

Puxa, mas é difícil. Imagine uma história: “Morreu e vai ser enterrado hoje o fulano, que descobriu o seu “ikegai” aos 95 anos”. Difícil.

Mas sabe qual é o grande desafio?

As universidades preparam todo mundo pra ser passivo, porque o professor fala e você fica lá escutando.

Mas uns 90% da humanidade não têm ideia de pra onde querem ir, o que querem ser. Como vão montar isso?

Veja, o sistema de educação foi montado na revolução industrial, quando a meta era tirar pessoas do campo e trazer para a indústria. E se você olha a escola, ela é disciplina, grade curricular. Toca a campainha e você vai tomar um solzinho no pátio, aí volta, todo mundo sentado em uma carteira. A escola vai formatando o aluno como uma peça de um equipamento. Mas hoje, com internet das coisas, a inteligência artificial, os equipamentos ganhando inteligência, o ser humano está perdendo o emprego...

Vamos voltar a ser nômades?





Como acontecia antes fixação do homem na era agrícola?

Nômade, não. Ele precisa ser humano, ter empatia, criatividade, aumento de consciência. É trabalhar em equipe, cuidar do outro. Então, o que a escola tem que desenvolver? Ela precisa parar de formatar minions, todo mundo saindo um igualzinho ao outro. Essa é a grande reinvenção. A universidade precisa ser reinventada, aí cada um vai ter o seu propósito.

Sim, não vão ser seguidores.

O que eu quero dizer é o seguinte: o homem, desde os tempos das cavernas, saía de casa e enfrentava um monte de obstáculos para arrumar comida. Quanta gente hoje sai e enfrenta obstáculos só para arrumar comida? O sistema educacional do mundo está falhando. O que há a fazer é atuar para que as pessoas deixem de ser passivas. Hoje um professor diz o que você tem de aprender, você decora. É uma avaliação. Mas a avaliação não pode ser punitiva, tem de agregar valor, ser um feedback para que o aluno possa crescer.

A escola é que faz isso, ou é da natureza do ser humano? E como funciona o mundo sem essas estruturas todas e regras?

Você pode ter estruturas e regras. O que não pode é ter regras tolhendo o ser humano, inibindo o seu potencial. Hoje a universidade não é um lugar onde você aumenta

esse potencial. A escola oferece a mesma coisa para todo mundo. Ela deveria ser personalizada. É preciso pensar no “life long learning”, nunca parar de aprender. Ela tem de ser estruturada em nanocursos que façam sentido para cada um.

Uma outra forma de aprender. Outra coisa: por que aqueles 25 alunos na classe têm de estar na mesma sala?

Hoje, com o Google Drive, você pode ter um aluno fazendo um trabalho na Amazônia, um no Recife, ou em Moçambique estudando juntos. E o professor? Qualquer um, de qualquer lugar do mundo. A educação será completamente transformada.

Como o Anima se prepara para esse futuro?

A gente tem uma área de data science. A Anima passou a ser uma empresa data driving: com decisões baseadas em dados. Tem uma área enorme de inovação. Um currículo modular: o aluno escolhe o que fazer. Assim a gente está desenhando o futuro da universidade.

Vão tirar o trabalho dos psiquiatras, dos psicólogos?

Ao contrário. Eles e outras pessoas da área de humanas podem e devem ser os mentores dos alunos. Podem dizer: “Aproveitem esses quatro anos” – e eles vão escolhendo o seu percurso formativo. Antes a escola era um delivery de conteúdo. Hoje o aluno

vai construindo sua história.

Você vai oferecer conforme a análise de cada indivíduo?

Não, eu tenho um portfólio de competência aí, que é a curadoria. Do outro lado, a mentoria: conforme cada um eu vou ajudar a fazer as escolhas. Aí sim é a individualização. O sistema de avaliação não é punitivo, é um feedback contínuo.

Assim a gente passa a vida aprendendo.

Não é uma delícia? Eu realmente acredito que o trabalho é pra gente aprender. Sempre pergunto aos que trabalham comigo quando foi última vez em que fizeram algo pela primeira vez. Se faz muito tempo, tem algo errado na vida deles.

‘O SISTEMA DE AVALIAÇÃO TEM DE SER UM FEED BACK CONTÍNUO’

Como você faz disso um mundo produtivo, que possa gerar renda e onde as pessoas consigam sobreviver?

O maior problema do mundo é a produtividade, porque as pessoas estão usando seu potencial mínimo. Sabe que numa sala de aula, com uma turma normal, o grupo aprende só 37% do que se ensina? Porque tem gente que aprende menos e isso muda a média. Aliás, sabe um dos grandes desafios de hoje? Os algoritmos das redes sociais. Se a gente tem de trabalhar em squads, todos juntos, com





equipes diferentes, a diversidade tem de ser cada vez mais forte. A pessoa não tem de ser bilingue, tem de ser multicultural. Os algoritmos das redes oferecem sempre as mesmas coisas, então você acha que todo mundo pensa igual. Isso está aumentando a xenofobia e diminuindo a empatia entre as pessoas.

Seus sócios pensam como você?

Claro. Sempre tem algum mais conservador, mas a beleza é isso, essa diversidade.

Como fazer na área pública?

É a mesma coisa, só que a

universidade é pública. Alguns vão questionar: e o desenvolvimento intelectual? Também faz parte. A arte, a música, desenvolver a sensibilidade, a empatia. O que estou falando é que não é só estar vinculado às empresas, é estar vinculado ao desenvolvimento da sociedade como um todo.

O sistema de hoje é injusto?

Ele está injusto. Por exemplo, acho que nas escolas públicas a gente devia mudar a estabilidade do professor. Eles passam num concurso, ficam lá um tempão e se aposentam. Talvez devesse existir algo do tipo prova da OAB, que avaliasse o mérito e justificasse um aumento de salário...

Publicação avalia qualidade de ensino

Na sexta-feira (11), a Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF) lançou o caderno de indicadores de qualidade da educação infantil. O objetivo da publicação é traçar parâmetros para aferir fatores que refletem no ensino ofertado para o público da primeira infância, como formação de professores, gestão da instituição educacional, limpeza do ambiente, participação das crianças, entre outros.

O próximo passo será desenvolver como se dará a aplicação da avaliação dos indicadores. Com o resultado, a SEEDF poderá traçar novas políticas com foco na qualidade e na oferta da educação infantil, que abrange creche e pré-escola.

Durante o evento, realizado no auditório do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), o subsecretário de Educação Básica, Helber Vieira, ressaltou que a participação das instituições de ensino na formação cidadã é fundamental. "O que realmente importa é levar uma educação de excelência para nossas crianças. É uma oportunidade

de futuro em um país tão desigual. Eu tenho certeza que no dia a dia dessas escolas acontece o futuro da nossa nação", afirmou.

Contexto

A gerente de Avaliação da Aprendizagem (Diav) da SEEDF, Lukelly Fernanda Amaral Gonçalves, explicou que o contexto no qual a criança começa a vida escolar é definidor para o processo de aprendizagem. "Pensar em qualidade, pensar na educação que queremos, não começa quando a gente aplica prova no 2º ano [do Ensino Fundamental]. Ela começa na educação infantil. Somos uma rede e essa atenção vem desde antes da alfabetização", destacou.

Carol Velho, a palestrante do encontro, trabalha com políticas públicas para a primeira infância na Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI). A especialista defendeu que é necessário ter referências básicas na educação. "Estes indicadores são os que a gente, minimamente, precisa ter para um índice de qualidade no contexto das crianças pequenas", afirmou.

MEC quer fundir Capes e CNPq em uma só fundação; Pontes é contra

Paulo Saldaña
BRASÍLIA

A equipe do ministro da Educação, Abraham Weintraub, encaminhou nesta semana ao Ministério da Ciência uma proposta de texto de medida provisória para fundir em uma mesma instituição a Capes e o CNPq. O MEC quer transformar as duas agências em uma fundação, que seria gerenciada pela pasta.

A fusão é criticada no meio acadêmico e científico e enfrenta oposição do Ministério da Ciência.

A Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) é ligada ao Ministério da Educação, enquanto o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) está vinculado à pasta de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

Os dois órgãos têm atribuições de fomento à pesquisa, mas atuam com objetivos distintos. Responsável pela avaliação e coordenação da pós-graduação, a Capes financia bolsas de pesquisa com foco na qualificação do pessoal de nível superior.

Já o CNPq tem foco maior no

fomento de atividades de pesquisa e tecnologia. Também fornece bolsas, mais voltadas à pesquisa científica e inovação.

O plano de fusão do governo Jair Bolsonaro (PSL) avança em meio a uma crise financeira que ameaça o pagamento de bolsas e a continuidade de grande projetos científicos, como o acelerador de partículas Sirius, maior empreendimento da ciência brasileira.

O Ministério da Ciência confirmou o recebimento do texto e ressaltou que se trata de uma proposta do MEC que não foi discutida pela pasta, sobretudo com relação à construção de uma fundação. A pasta informou ainda que se coloca à disposição para discutir a importância do CNPq.

O ministro Marcos Pontes publicou em rede social: "Sobre a ideia divulgada de junção do CNPq e CAPES: a posição do MCTIC é contrária à fusão, pois seria prejudicial ao desenvolvimento científico do País. Existe algum sombreamento de atividades e pontos de melhoria na gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq."

Weintraub aposta que o novo órgão ficaria no MEC sob o argumento de que a pasta soube lidar melhor com a escassez de recursos da Capes neste ano, sobretudo na relação com a equipe econômica.

O ministério da Economia recomendou a fusão das duas agências e a vinculação da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos), hoje ligada à pasta da Ciência, ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Para Roberto Muniz, presidente do sindicato nacional de gestores em ciência e tecnologia, a crise orçamentária tem provocado o surgimento de ideias que não resolvem a questão.

"O governo está com um movimento para redirecionar todo o sistema de ciência e tecnologia, reduzi-lo drasticamente, e mudar o foco só para pesquisa aplicada, que gere recursos e lucros", diz. "É um risco para a soberania nacional, porque sem produzir conhecimento básico o país fica refém dos países que produzem esse conhecimento", diz Muniz, que também é presidente da associação de servidores do CNPq.





Treze instituições acadêmicas e de pesquisa divulgaram na sexta-feira (11) carta em que se posicionam contra o plano de fusão.

"Seria uma medida equivocada sob todos aspectos já que as duas instituições, criadas e desenvolvidas ao longo de mais de seis décadas, têm missões bastante claras e complementares", diz a carta, assinada por instituições como a Academia Brasileira de Ciências, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e Andifes (que reúne reitores das universidades federais).

Por causa de bloqueio de recursos, a Capes cortou até agora 7.590 bolsas de pesquisa, o equivalente a 8% do que havia no início do ano. Mesmo após descontingenciamento, o órgão ainda enfrenta um congelamento de R\$ 549 milhões no orçamento do ano.

O órgão ainda perde metade do orçamento em 2020, segundo proposta encaminhada ao Congresso pelo governo: sai de R\$ 4,25 bilhões, segundo o valor autorizado para 2019, para R\$ 2,20 bilhões no ano que vem. O MEC afirma que já garantiu mais R\$ 600 milhões para o que vem e a Capes tem tentando convencer deputados a construir uma emenda parlamentar de mais R\$ 300 milhões.

Com relação ao CNPq, o orçamento de 2019 já foi aprovado com a previsão de recursos

insuficientes. O orçamento garantia o pagamento das 84 mil bolsas somente até agosto.

As contas vencidas no mês passado e neste ano foram pagas com recursos garantidos de última hora. A pasta ainda precisa de R\$ 250 milhões para garantir as bolsas do ano.

O ministério da Ciência solicitou aportes para a Economia mas foi ignorado até agora, como a própria pasta informa em ofício de resposta a solicitação de informações do deputado Ivan Valente (PSOL).

Para pagar bolsistas neste mês, o CNPq remanejou recursos da área de fomento à pesquisa, que financia empreendimentos como o Sirius. O equipamento tem o tamanho de um estádio de futebol e é a máquina mais cara e sofisticada da ciência brasileira.

Trata-se de um acelerador de partículas, localizado em Campinas (SP), que possibilitará a visualização em altíssima resolução de estruturas de vírus e proteínas (em busca de novas vacinas), de solo (com a ideia de aprimorar fertilizantes) e de rochas e de novos materiais (para melhorar a exploração de gás e petróleo), entre outras aplicações. Quando estiver pronto, colocará o país na vanguarda das pesquisas com esse método.

A pasta informa, no documento enviado à Câmara, que o

desbloqueio de recursos é necessário para o início da operação de seus três aceleradores e para o funcionamento completo das treze linhas de luz do Sirius em 2020.

"No momento, o CNPEM tem como foco garantir o início do funcionamento do Sirius e sua abertura para a comunidade de pesquisadores ainda no ano que vem, o que é o principal objetivo do projeto, e que está sendo preservado, mesmo em um contexto de restrição orçamentária", disse em nota o CNPEM, organização social responsável pelo Sirius.

O Ministério da Ciência informou em nota que, no cenário de restrição, tem priorizado o pagamento das bolsas e a garantia de recursos para seus institutos de pesquisa e entidades vinculadas.

O Ministério da Educação informou que a decisão final de fusão das agências depende de decisão do presidente Bolsonaro. A reportagem questionou o MEC sobre o texto da medida provisória no início da noite de sexta-feira (11), mas até a publicação dessa reportagem não havia retorno sobre esse tema.

A medida provisória é um instrumento que acelera a tramitação no Congresso. Com força de lei, é adotado pelo presidente em casos de relevância e urgência. O atraso na apreciação pode trancar a pauta de votações.





A possível fusão da Capes e do CNPq

Orçamento inicial de 2019 e previsto no projeto da lei de 2020

CNPq

Em milhões de R\$

2019 Orçado	2020 Orçado
1.228,4	1.279,3



1.068,2
Pago*

Desde a elaboração do orçamento de 2019 sabe-se que os recursos eram insuficientes. O órgão tem déficit de R\$ 250 milhões para fechar o ano

Capes

Em milhões de R\$

2019 Orçado	2020 Orçado
4.251,8	2.201,8



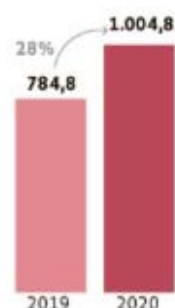
2.929,8
Pago*

O órgão cortou até agora 7.590 bolsas de pesquisa, o equivalente a 8% do total financiado pelo órgão. Governo diz que garantiu mais R\$ 600 milhões para compor o orçamento de 2020

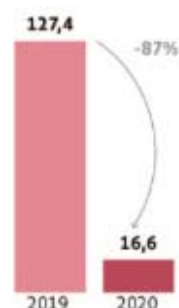
Por ações

Em milhões de R\$

Bolsas



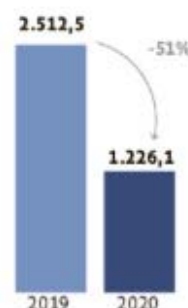
Fomento à pesquisa



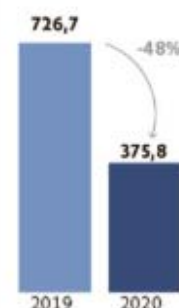
Por ações

Em milhões de R\$

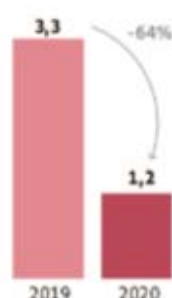
Bolsas de pesquisa ensino superior



Bolsas de apoio à educação básica



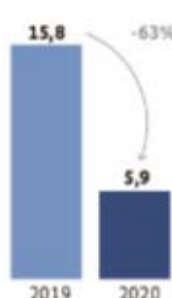
Cooperação internacional



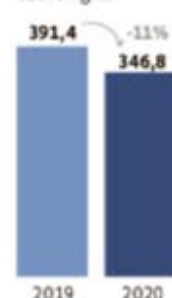
Divulgação e popularização da ciência



Avaliação educação superior e pós



Acesso à informação científica e tecnológica



Capes x CNPq

A Capes é vinculada ao Ministério da Educação e tem a missão de avaliar e coordenar a pós-graduação no Brasil. Mantém bolsas como foco em formação e qualificação de pessoal. Já o CNPq é vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações. A ação do órgão é mais voltada à pesquisa, inovação e empreendimentos científicos

*Valores pagos até dia 10 out

Fontes: LOA 2019 e 2020, Siop (Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento do governo federal)

Um em cada 4 jovens já tem dependência de internet

Fabiana Cambricoli

Pioneira no Brasil, pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo com mais de 2 mil jovens de 15 a 19 anos mostra que 25,3% são dependentes moderados ou graves de internet. O estudo foi feito com alunos de escolas públicas e privadas da região metropolitana de Vitória, mas especialistas consideram que ele representa também a realidade de outros centros urbanos brasileiros. Além de medir o tempo de uso das redes, a avaliação verificou como a utilização da internet afeta relacionamentos, rotina e emoções dos usuários. Esse impacto, segundo pesquisadores e pais de jovens, é o principal indicador de quando o uso da internet se torna problemático. Outro reflexo da dependência tecnológica é a presença de transtornos mentais associados. A proporção de jovens com sintomas de ansiedade no grupo de dependentes tecnológicos é o dobro da verificada entre não dependentes.

Quando decidiu restringir o acesso do filho ao computador, Mariana (nome fictício) observou um comportamento diferente daquele que o adolescente costumava demonstrar. O garoto, então com 12 anos, se revoltava contra os pais quando era obrigado

a ficar algumas horas sem usar a internet. Xingava, gritava e arremessava objetos. Parecia outra pessoa, segundo relato da própria mãe. “Ele tinha um ódio no olhar, ficava totalmente transtornado. Não era mais aquele menino doce e carinhoso”, conta ela.

Mariana decidiu procurar ajuda. Passou a participar de um grupo de apoio a pais e parentes de jovens que fazem uso abusivo de tecnologias. Ao frequentar as sessões, coordenadas por profissionais do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (IPq-HC/USP), percebeu que o que o filho tinha era um vício e conheceu outras famílias com o mesmo drama.

O fenômeno, já notado por alguns pais, está sendo quantificado por uma pesquisa pioneira no Brasil. Levantamento da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) com mais de 2 mil adolescentes mostra que 25,3% são dependentes moderados ou graves de internet.

“Como a amostra pesquisada é grande, é um estudo representativo da realidade dos centros urbanizados brasileiros”, ressalta Hermano Tavares, coordenador do Ambulatório Integrado dos

Transtornos do Impulso do IPq, que conta com um grupo de tratamento para dependência tecnológica.

O estudo foi feito com jovens de 15 a 19 anos de escolas públicas e privadas da região metropolitana de Vitória. Eles responderam a um questionário internacionalmente utilizado para verificar o vício digital, o Teste de Dependência de Internet (ou Internet Addiction Test, em sua versão original, em inglês).

Mais do que medir o tempo de uso das redes, a avaliação tem como objetivo verificar como acesso à internet impacta na rotina, emoções e relacionamentos dos usuários.

É esse impacto, segundo especialistas e pais de jovens, o principal indicador de quando o uso da internet torna-se problemático. No caso do filho de Mariana, hoje com 16 anos, o vício em jogos online trouxe, além de comportamento agressivo, queda de rendimento na escola, ansiedade e atitudes antissociais. “É triste abrir a porta do quarto do filho, saber que ele tem a oportunidade de frequentar tantos lugares e vê-lo só enfurnado em casa”, diz.

Mais problemas. Outro reflexo da dependência tecnológica é a





presença de transtornos mentais associados. Segundo George Nunes Bueno, pesquisador da Ufes e um dos responsáveis pelo estudo, a proporção de jovens com sintomas de ansiedade no grupo de dependentes tecnológicos é o dobro da verificada entre não dependentes (34%, ante 17%).

“O número de dependentes é maior entre os que dizem usar a internet para se divertir, passar tempo livre ou que considera a internet uma companhia”, explica o especialista.

Razões. A solidão e a baixa autoestima são algumas das razões para o uso problemático da

internet, principalmente entre os mais jovens. “A autoimagem é muito importante na adolescência e muitos encontram nas redes sociais a aprovação e a popularidade que não encontram fora da internet”, diz Sheila Niskier, médica do adolescente da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp).

Para o psicólogo Cristiano Nabuco, coordenador do grupo de dependências tecnológicas do IPq-HC, outra razão para o uso excessivo de internet entre jovens brasileiros é a enorme desigualdade sociocultural do País. “Perante a web, todos são iguais e têm oportunidades de

cultura similares”, afirma.

Ele afirma ainda que a violência urbana registrada nas cidades brasileiras faz com que os próprios pais prefiram que os filhos permaneçam em casa, no computador, a que façam atividades externas.

Para os especialistas, é importante que os pais saibam identificar o problema, impor limites e mudar hábitos dentro de casa. “O adolescente tem o pé no acelerador das emoções, é impulsivo. O controle tem de ser externo. Muitas vezes o uso da internet está preenchendo um vazio na família”, afirma Sheila.

Governo federal prepara ação de detox digital

● Com o crescente número de jovens que manifestam uso abusivo de internet, especialistas resolveram se unir ao governo federal para criar um programa que conscientize pais e filhos sobre o uso adequado de tecnologias.

Capitaneado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, o programa Reconecte oferecerá cartilhas e vídeos informativos sobre como a tecnologia pode ser usada de forma proveitosa, mas sem criar prejuízos em aspectos como saúde mental e segurança.

“A tecnologia traz inúmeros benefícios, mas pode ser problemática. Queremos promover o fortalecimento do vínculo familiar como forma de evitar esse uso abusivo. Vemos que, muitas vezes, o uso problemático está relacionado a uma fragmentação do diálogo, a uma piora da escuta em casa”, diz Angela Vidal Gandra da Silva Martins, secretária Nacional da Família da pasta.

Entre as ações está o Detox Digital Brasil, data em que o governo promoverá atividades culturais convidando as famílias a ficar um dia longe da internet. A ação será realizada no dia 8 de dezembro.

Segundo Daniel Celestino de Freitas Pereira, coordenador geral de enfrentamento a vícios e

impactos negativos do uso imoderado de novas tecnologias do ministério, além de ações em cinco eixos (cultura, responsabilidade, dignidade humana, saúde e segurança), o programa Reconecte deverá fazer um levantamento sobre o assunto. “Queremos fazer uma grande pesquisa nacional sobre a saúde mental relacionada ao uso de tecnologias.” Pereira afirma que uma das possibilidades avaliadas é de que esse estudo seja feito em parceria com o Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da USP.

O grupo de dependência tecnológica do instituto, coordenado pelo psicólogo Cristiano Nabuco, já vem atuando em conjunto com o ministério com consultoria técnica sobre o tema. / F.C.

‘Meu filho ficou irreconhecível. Até espumava’

Até os 14 anos, o Lucas (nome fictício) era bem tranquilo. Aos 15, começou a apresentar sinais de que não estava bem. Nós tínhamos mudado de bairro e ele ficava mais tempo em casa, quase sempre no computador. Nessa época, comecei a notar que ele se tornou mais agressivo e explosivo. Passava umas dez horas por dia na internet. Quando ele tinha 16 anos, tiramos o computador de casa para usar em um comércio que tínhamos aberto.

Ele passou a jogar escondido, mas, quando não conseguia, demonstrava raiva, até mudava a feição. Em uma dessas crises, pegou uma faca para tentar agredir o irmão. Tivemos de chamar a polícia. Em outra, arrancou os fios do computador da parede, quebrou dois celulares, ficou irreconhecível, até espumava, de tanta raiva. Chegamos no limite quando ele se trancou no quarto e ficou segurando uma faca contra o peito, dizendo que ia se matar. Conseguimos entrar e tirar a faca

dele.

Fomos ao hospital com ele, passamos em psiquiatria e começamos a procurar ajuda para dependência em tecnologia. Foi então que toda a família passou a frequentar o grupo de apoio a familiares de dependentes em internet do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da USP. Todos tiveram de mudar hábitos e aprender a pôr limites.

Avaliando a criação do Lucas, percebo que sempre fomos permissivos, não colocávamos limites, fazíamos de tudo para evitar frustrações. Desde que começamos o acompanhamento, há quatro meses, estamos tentando mudar. Em primeiro lugar, o pai, que era caminhoneiro, mudou de emprego para ficar mais presente. Passamos a equilibrar os deveres do Lucas com privilégios. Agora, ele tem limite de horas no computador, tem de frequentar cursos. Estamos mais presentes e isso está fazendo a diferença.

Sessão de terapia com pais inclui reflexão sobre limites

A cada 15 dias, um grupo de pais e parentes de jovens se reúne em um sobrado em Pinheiros, na zona oeste de São Paulo, para aprender a lidar com o inusitado vício dos filhos. A maioria está na faixa dos 40 ou 50 anos e tem filhos adolescentes.

Quando tornaram-se pais e mães, relatam, um dos principais medos era de que os filhos se tornassem dependentes de drogas ou álcool, ou que fossem vítimas de violência.

Também temiam (e queriam evitar) ter com os filhos uma relação autoritária como a que vivenciaram com os pais, sem diálogo e com muitas regras.

Mas o que hoje tem se manifestado como principal preocupação da paternidade foi algo inesperado: a apatia que os filhos demonstram com qualquer atividade que não esteja relacionada ao uso da internet. “Se ele não pode estar no computador, fica deitado na cama e dorme o dia todo”, conta o pai de um jovem de 23 anos. “Parece que não tem uma motivação na vida, não consegue tomar decisões”, relata outro.

A psicóloga Sylvia Van Enck, do Ambulatório Integrado dos Transtornos do Impulso do Instituto

de Psiquiatria do Hospital das Clínicas da USP, conduz as sessões de terapia.

Em uma delas, acompanhada pelo Estado, ela convida os presentes a revisitarem sua adolescência, lembrando que, quando jovens, eles também desafiavam os pais e queriam quebrar regras, mas que a resposta dos responsáveis era diferente.

“Antigamente os pais se impunham gerando medo, e não queremos reproduzir isso hoje. Mas também precisamos perceber o tanto de privilégios que temos concedido antes mesmo que os filhos cumpram com suas obrigações”, diz ela.

A ideia não é trazer culpa aos

pais, mas ensiná-los a balancear diálogo com limites. “Muitas vezes os pais temem as reações dos filhos e evitam o conflito, mas isso leva a um distanciamento maior. Definir tarefas e obrigações para eles é uma forma de integrá-los à família e fazer com que eles se sintam úteis. Nos jogos online ou nas redes sociais, muitas vezes eles se sentem valorizados e por isso querem ficar só naquele mundo”, destaca Sylvia.

Foi essa a principal mudança adotada por Mariana no trato com o filho de 16 anos após frequentar o grupo do IPq. “Mais importante do que superprotegê-lo é analisar as reações dele e ir negociando. Não precisamos ser autoritários, mas é preciso mostrar, mesmo que de forma sutil, liderança”, diz.

CRITÉRIOS DE DEPENDÊNCIA TECNOLÓGICA

A avaliação profissional é fundamental para diagnosticar dependência tecnológica. O teste abaixo, porém, ajuda a identificar sinais. É considerado usuário abusivo quem se identifica com ao menos cinco comportamentos:

- **Preocupação** excessiva com a internet
- Necessidade de **aumentar** o tempo conectado para ter a mesma satisfação
- **Esforços repetidos** para re-

duzir o de uso da internet

- **Irritabilidade** ou depressão
- Quando o uso é restringido, tem **instabilidade emocional** (usa a internet como forma de regulação emocional)
- Permanecer mais conectado **do que o programado**
- Ter trabalho e relações familiares e sociais **em risco**
- **Mentir** sobre tempo conectado

11% dos trabalhadores que cursaram faculdade ganham até 1 salário mínimo

Douglas Gavras

Faz tempo que o diploma universitário não garante um salário mais alto no futuro. Desde a recessão, que tirou milhões de brasileiros de seus empregos e corroeu a renda das famílias, porém, só aumenta o número de trabalhadores que cursaram faculdade, mas tiveram de aceitar funções que pagavam, no máximo, um salário mínimo.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, do IBGE, colhidos pela consultoria IDados, apontam que 11% dos trabalhadores formais e informais que cursaram faculdade ganhavam até um salário mínimo (R\$ 998) no segundo trimestre. É o maior patamar desde que a pesquisa começou, em 2012.

Entre abril e junho deste ano, eram 2,77 milhões de brasileiros nessa situação. É mais do que a população de Salvador e Dinheiro curto • “A verdade é que o trabalhador está em uma situação complicada. O mercado de trabalho ainda não está gerando tantos postos desde a crise e os que têm surgido são de baixa remuneração.” Bruno Ottoni ECONOMISTA DA IDADOS

1,07 milhão a mais de pessoas do que cinco anos antes, quando o País ainda não tinha entrado em recessão. Enquanto a crise foi se

espalhando pelo mercado de trabalho, fechando vagas, aumentando a informalidade e reduzindo o rendimento das famílias, o número de graduados trabalhando por até um salário mínimo foi aumentando.

A assistente comunitária Valdelice Lima Nery, de 44 anos, faz parte desse porcentual de profissionais. Formada em administração de empresas, em 2010, ela hoje trabalha por cerca de um salário, em um posto de saúde na zona oeste do Rio de Janeiro. “Mesmo empregada, fiz dois anos de cursinhos preparatórios para concursos, mas a quantidade de seleções caiu e não consegui trocar de emprego. Queria tentar uma vaga com salário maior, mas tudo foi ficando difícil, pela piora da situação do País”, conta.

Ela, que presta atendimento a mais de mil famílias na região, diz que a preocupação agora é manter o emprego. “Mesmo com um número de assistentes abaixo do necessário na cidade, o contrato só vai até o fim do ano, e a Prefeitura ameaça não renovar o serviço.” Apesar de pouco, por dois anos, esse salário foi a única renda da família.

Precarização. “A verdade é que o trabalhador está em uma situação complicada”, avalia o economista

Bruno Ottoni, da IDados. “O mercado não está gerando tantos postos e os que surgem são de baixa remuneração. Ele vê o que está disponível e, muitas vezes, acaba aceitando uma ocupação que paga bem menos do que gostaria.”

Para o economista, a situação atual do mercado de trabalho, com desocupação ainda elevada (de 12,6% em agosto) e poucas oportunidades com melhor remuneração, é o pior dos mundos para muitos ex-universitários. “Alguns deles tiveram finalmente a chance de entrar na faculdade nos anos anteriores à recessão, mas se depararam com um mercado que não consegue absorvê-los.”

Um efeito colateral preocupante da falta de boas oportunidades de emprego para quem tem mais anos de formação seria desestimular as pessoas a seguirem estudando, diz Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

“Isso é ruim, principalmente para as famílias mais pobres, que investiram com sacrifício em formação superior, com a expectativa de ascender socialmente. Se o trabalhador sente que não precisava ter estudado tanto, pode cair em uma frustração difícil de superar”, diz.



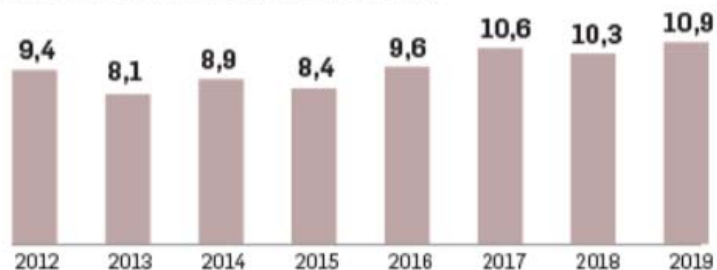


DIPLOMA SOBRANDO

- Mais brasileiros que fizeram faculdade estão recebendo menos

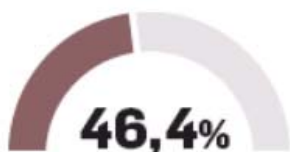
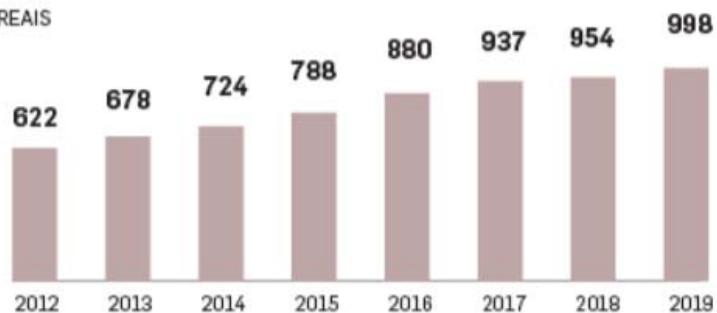
Trabalhadores com ensino superior que ganham até um salário mínimo

EM PORCENTAGEM, NO 2º TRIMESTRE DE CADA ANO



Valor nominal do salário mínimo

EM REAIS



Dos trabalhadores que tinham estudado até o ensino fundamental ganhavam até um salário mínimo



De quem tinha ensino médio (incompleto ou completo) recebia um salário mínimo ou menos por mês

FONTE: PNAD CONTÍNUA, COM IDADOS E GUIA TRABALHISTA

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Informalidade avança e reduz remuneração

A busca dos trabalhadores mais qualificados por vagas com remuneração melhor deve ser longa, na avaliação de economistas ouvidos pelo Estado. O mercado de trabalho tem se recuperado em um ritmo mais lento do que se antecipava no início do ano e tem se ancorado, sobretudo, no avanço do trabalho informal – que é recorde.

O avanço da informalidade ajuda a explicar o aumento do número de graduados em universidades que ganham um salário mínimo ou menos. A última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua mostra que em um ano, até agosto, foram criados 1,4 milhão de postos sem carteira assinada ou CNPJ (que inclui profissionais liberais e microempreendedores, por exemplo) e apenas 403 mil

vagas de carteira assinada.

Um outro levantamento da consultoria IDados, feito a partir dos números da Pnad Contínua, aponta que um terço dos trabalhadores informais ganhava menos de R\$ 5 por hora. Desde o início da recessão, há quatro anos, esse percentual não fica abaixo dos 30%.

“Se a maioria dos novos postos de trabalho é precária, isso gera uma dinâmica negativa no mercado de trabalho”, avalia Ganz Lúcio, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). “Isso precisa ser objeto de preocupação do poder público. O Brasil não pode se acostumar a ser um País de informais ou uma economia com trabalhadores de baixa remuneração.” / D.G.

Custo cai, mas produtividade patina

Lorena Rodrigues Eduardo
Rodrigues / BRASÍLIA

A indústria brasileira ficou mais competitiva em 2018 porque caiu o custo com o trabalho. Pela primeira vez desde 2009, no entanto, essa redução se deu porque os salários dos trabalhadores estão menores – e não porque a produtividade aumentou. Estudo da Confederação Nacional da Indústria (CNI), obtido pelo ‘Estadão/Broadcast’, mostra que, no ano passado, o Custo Unitário do Trabalho (CUT) caiu 16,1%. Esse indicador representa o quanto a empresa gasta com mão de obra para produzir um item, como uma caneta ou um televisor, e é um dos principais determinantes da competitividade de um país.

A queda é uma boa notícia para a indústria, já que indica que está mais barato produzir. Para o trabalhador, no entanto, a notícia é ruim, já que a redução se deve à queda da remuneração (-6,6%), reflexo da crise e do desemprego em alta. Depois de subir nos últimos anos, a produtividade ficou praticamente estagnada e avançou apenas 0,8% em 2018.

“Tudo o que as empresas podiam fazer para aumentar a eficiência com baixos custos,

como mudança de gestão, redução de desperdícios, melhorias de qualidade, eles já fizeram. Agora, para aumentar a produtividade, precisamos investir em máquinas, em equipamentos. Mas estamos em um cenário difícil porque estamos em uma situação de confiança se recuperando”, disse a economista da CNI Samantha Cunha, responsável pelo estudo.

A alta do dólar no ano passado também influenciou – descontado o efeito da variação da taxa de câmbio real (10,5%), a redução do custo do trabalho foi de 7,5%. Sem considerar a variação cambial, o custo do trabalho havia caído nos últimos dois anos. Nas duas ocasiões, no entanto, essa queda se deveu ao aumento da produção, já que os salários ainda estavam em alta.

“O aumento da produtividade é importante para que os salários cresçam sem pressionar os custos das empresas. Com a economia crescendo de forma sustentável, a produtividade cresce, isso é repassado aos salários e o padrão de vida se eleva”, explicou Samantha.

Efeito do câmbio. Ao longo da última década, o Custo Unitário do Trabalho caiu 9,4%, mas isso se deveu à variação da taxa de

câmbio real (35,9%). Retirado o efeito do dólar, o custo subiu 23,1% entre 2008 e 2018, com aumento nos salários de 37,5% e alta de apenas 11,7% na produtividade.

“Trata-se de um quadro crônico. O gráfico da produtividade é uma reta horizontal. É um eletrocardiograma de um morto”, afirma o economista do trabalho e professor da Universidade de São Paulo (USP), José Pastore. Segundo o especialista, entre as causas para a baixa produtividade

brasileira – equivalente a um quarto da produtividade americana – estão a má qualidade da educação básica, a tecnologia atrasada na maior parte das empresas e o amadorismo de grande parcela dos administradores do País.

“É claro que tem muita coisa boa, muitas companhias brasileiras na vanguarda mundial. Mas são minoria, e estão concentradas em alguns nichos. Na maior parte do País ainda predomina a informalidade, com pouco capital humano, pouco capital físico e uma grande precarização do trabalho”, completa.

Em relação ao custo médio dos principais parceiros comerciais





brasileiros, o indicador do Brasil caiu 9,5%. O gasto do Brasil só não caiu mais do que o da Argentina, onde o indicador recuou 27,1% em meio à crise que fez o dólar disparar no país.

Falta crédito. Empresário do setor de vestuário, o presidente da Associação Brasileira do Vestuário (Abravest) e do Instituto Brasileiro do Vestuário (IBV), Roberto Chadad, atribui a estagnação da produtividade no setor à falta de crédito para investimentos na renovação do parque de produção.

“Em termos de tecnologia, estamos 10 anos atrasados em relação à Europa e 20 anos

atrasados na comparação com a China, que robotizou boa parte das fábricas. Com instrumentos de corte e costura a laser, hoje um trabalhador chinês consegue fazer sozinho uma camisa em poucos minutos, sem a necessidade de diversas etapas de produção”, relata.

Segundo o executivo, a baixa produtividade da indústria é acumulada em toda a cadeia até o produto final. “Não falta criatividade, não falta desenvolvimento de produto. Temos diversos cursos universitários de moda, formamos mil profissionais por ano. Mas o setor não acompanha. Botões, fios

e outros insumos também não chegam à qualidade de que precisaríamos”, acrescenta.

Por isso, as maiores companhias do vestuário acabaram mudando suas fábricas para a Ásia, enquanto as pequenas e médias confecções – que representam 97% das empresas do setor – estagnaram em produtividade.

De acordo com Chadad, na década de 1980, o setor contava com 1,75 milhão costureiros e costureiras. Hoje, mal passa de 700 mil. “E não há perspectiva de contratar mais enquanto houver esse peso de impostos na folha de salários.”

TRABALHO E INDÚSTRIA

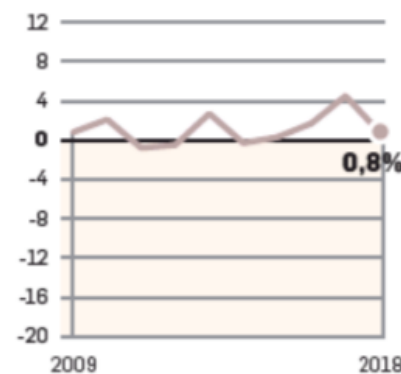
● Custo unitário do trabalho (CUT) caiu para a indústria no ano passado

Salário médio



Produtividade

PRODUTO POR HORA TRABALHADA



CUT real em moeda doméstica

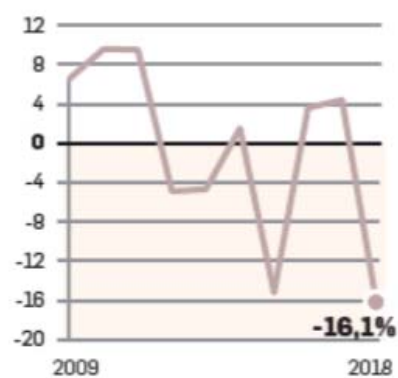


FONTE: CNI





CUT em dólar



Custo unitário do trabalho

VARIAÇÃO EM % POR PAÍS, EM 2018

Argentina	-27,1
Brasil	-16,1
Estados Unidos	-3,9
Japão	-1,8
França	0,2
Itália	1,1
Países Baixos	1,2
México	1,3
Coreia do Sul	1,5
Reino Unido	3,0
Alemanha	3,1

Avaliar desempenhos é reformar o Brasil

ANA CARLA ABRÃO ARMÍNIO FRAGA NETO CARLOS ARI SUNDFELD

Melhorar serviços públicos equivale a gerar oportunidades para os que mais precisam. Sem isso não enfrentaremos a desigualdade social.

Não é de hoje que a população reclama: os serviços públicos não atendem as suas expectativas, que dirá às necessidades de quem é tão carente de serviços básicos. Estímulos ao bom desempenho dos servidores são poucos. Há carreiras com privilégios, outras abandonadas. O sistema não é transparente nem meritocrático. A produtividade é baixa. Gasta-se muito e o dinheiro público acabou. Por isso, ideias de mudança estão ganhando força.

Priorizar o quê? O governo FHC reviu as funções e a forma de atuação do Estado. Saldo positivo foram a privatização de empresas e a criação das organizações sociais. Quanto aos recursos humanos (RH) do Estado, a reforma aos poucos se frustrou.

Nada é mais importante em qualquer organização, pública ou privada, do que cuidar de suas pessoas de forma adequada. E organizações que não avaliam a si mesmas estão condenadas à decadência. Por isso, em 1998, mudanças constitucionais abriram caminho para modernizar o regime

dos servidores. A reforma apontou a avaliação de desempenho como elemento crucial. Ela seria condição para o servidor chegar à estabilidade e mantê-la ao longo da vida funcional. E leis específicas deveriam usá-la para definir a evolução na carreira e pagar mais a quem trabalha melhor.

Mas o avanço não aconteceu. Hoje não há avaliação efetiva do desempenho dos órgãos, tampouco dos servidores. Algumas leis existem, mas não a impõem de fato. E o Estado, quando a faz, apenas finge, desvirtuando um processo que deveria gerar melhores resultados para todos. Sem reconhecimento, os melhores servidores se frustram. E os piores não têm incentivo para melhorar.

É hora de encarar o desafio. Como vamos avaliar de modo técnico e justo os órgãos públicos e cada servidor? Os modelos estão aí, não é preciso começar do zero. Implantar o sistema de avaliação e, depois, revê-lo periodicamente, incorporando aprendizados, tem de ser prioridade, se quisermos melhores serviços públicos e estruturas mais eficientes e menos custosas. Mas é preciso a coragem de mudar e determinação para implementar.

O primeiro passo é acabar com

o chamado fator T que, por antiguidade, leva todos ao topo de suas carreiras. A estrutura das carreiras tem de ser piramidal: poucos cargos nos níveis mais altos, premiando a quem chega lá. O resultado nas avaliações periódicas tem de ser o elemento determinante da evolução e da remuneração, influenciando também na escolha para postos de confiança. No limite, a insuficiência repetida de desempenho levará à dispensa do servidor.

O segundo passo é ter sistemas de avaliação justos, isto é, claros, transparentes e impessoais. Há experiências consagradas que garantem isso. Humor de chefe ou afinidade com o governo do momento não pode ser critério de avaliação.

Para trabalhar bem, os servidores precisam de metas razoáveis, estimulantes e desafiadoras, alinhadas com as dos órgãos. Isso viabiliza o primeiro ângulo de avaliação, quantitativo, medindo entregas objetivas em comparação com metas previamente estabelecidas. No ensino superior, há um modelo desses em construção, de caráter nacional, para avaliar programas de pós-graduação e professores pesquisadores. Com critérios claros e transparentes, ele tem





estimulado a melhoria da ciência no Brasil. Não é perfeito, mas é uma referência.

A avaliação tem de envolver também outro ângulo, com aspectos comportamentais e desempenho subjetivo. Dela devem participar os pares, os subordinados, os chefes e os usuários do serviço, internos e externos, conforme o caso. A avaliação deve ser formal, decidida por um colegiado, garantindo-se ao servidor a chance de manifestação. Assim se alcança a chamada avaliação 360 graus, com imparcialidade.

As notas devem de fato

comparar e distinguir os servidores pela diferença no desempenho. Não se pode avaliar todos no topo, tampouco no piso. Para tanto, deve haver parâmetros prévios, fixados pelo colegiado, quanto ao número de servidores que podem receber cada nota, estabelecendo uma avaliação relativa, além da absoluta

Melhorar o serviços públicos equivale a gerar oportunidades para os que mais precisam. Sem isso, nunca conseguiremos enfrentar o nosso maior desafio, que é a desigualdade social. Reformar o RH do Estado é trabalhar por um país mais justo e

mais próspero.

ANA CARLA ABRÃO –
ECONOMISTA, SÓCIA DA
OLIVER WYMAN
CONSULTORIA

ARMÍNIO FRAGA NETO –
ECONOMISTA, SÓCIO DA
GÁVEA INVESTIMENTOS

CARLOS ARI SUNDFELD –
PROFESSOR TITULAR DA FGV
DIREITO SP

Hoje não há avaliação efetiva do desempenho dos órgãos, tampouco dos servidores

MACKENZIE »

Capacitando para o futuro



“Desde 1870, o Mackenzie forma cidadãos com capacidade de discernimento, com critérios e condições para fazer uma leitura do mundo em que vivem, a partir de valores e princípios eternos, e que sejam aptos a intervir na sociedade.” A definição é do vice-diretor acadêmico da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília – FPM Brasília, Domingos Spezia. A unidade é mantida pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie, instituição com 149 anos dedicados à educação e que, atualmente, está presente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Tocantins e Paraná, além do Distrito Federal.

“A criação da FPM Brasília é um projeto que vinha sendo gestado há algum tempo. Estamos extremamente felizes por vê-lo realizado desde 2017, tanto na graduação, quanto na pós-graduação”, afirma Domingos. Entre os principais fatores que foram

levados em conta na criação da faculdade, o vice-diretor cita a mudança demográfica de Brasília, que trouxe mais pessoas para a cidade e aumentou a procura por cursos de ensino superior de qualidade.

A FPM Brasília está localizada em uma das áreas mais nobres da capital federal, a Asa Sul, com um câmpus de cerca de 15 mil metros quadrados, composto por ambientes contemporâneos de aprendizagens, com laboratórios e espaços de acessibilidade. Está em curso um projeto de expansão do local, a fim de que ele possa atender 7 mil alunos. As obras devem começar no primeiro semestre de 2020.

“Considerando o potencial de crescimento do ensino superior no Distrito Federal e Entorno, vislumbra-se uma forte expansão da oferta de matrículas e diversificação de cursos para os próximos anos, com fulcro na grande tradição e espírito inovador oferecidos pelo Mackenzie ao longo de um século e meio”, analisa o vice-diretor. “O principal desafio é consolidar a marca Mackenzie no ensino superior do DF, onde o cenário é extremamente competitivo. Desta forma, precisamos trabalhar no sentido de enfatizar aos estudantes do DF que o Mackenzie é uma instituição com muitos anos de tradição no Brasil, reconhecida internacionalmente, e se apresenta

como uma alternativa de ensino superior de excelência em Brasília”, acrescenta.

Domingos conta que os egressos dos cursos da FPM Brasília têm uma forte inserção no cenário acadêmico nacional e internacional. “Nesse sentido, cabe destacar que temos a possibilidade de intercâmbios institucionais, atualmente contando mais de 178 universidades estrangeiras já conveniadas.”

Entre os docentes da faculdade, cerca de 70% são doutores e 30%, mestres, todos eles aptos a preparar os estudantes para os desafios do mercado de trabalho. “São professores titulados pelas melhores universidades brasileiras e internacionais, com vasta experiência acadêmica e, primordialmente, profissional, abertos às inovações pedagógicas e inteiramente imersos nas concepções dos seus cursos”, orgulha-se Domingos.

Valores

Domingos diz que a faculdade tem um perfil comunitário, de utilidade pública e de ação social, caracterizada pela busca contínua da excelência no ensino, na pesquisa, na extensão, objetivando a formação integral do ser humano, em ambiente de fé cristã reformada.

Para o vice-diretor, o sucesso profissional em qualquer área do





conhecimento deve ser lastreado por princípios e valores, em que se destacam: na conduta pessoal, a firmeza de caráter e a integridade; no exercício da atividade profissional, a ética, a competência a criatividade, a disciplina e a dedicação; e no relacionamento interpessoal, na lealdade, no respeito mútuo, na compreensão, na honestidade e na humildade; e, em todas as circunstâncias, agir com amor, que é o vínculo da perfeição.

"O principal desafio é consolidar a marca no ensino superior do Distrito Federal, onde o cenário é extremamente competitivo"

Domingos Spezia, Vice-diretor da FPM Brasília

■ ENSINO SUPERIOR

Raio-x da educação universitária mostra avanço na oferta de cursos a distância, embora em Minas modalidade presencial ainda predomine, e derrocada de programas de incentivo

Desafios na luta pelo diploma

JUNIA OLIVEIRA

Minas Gerais, tão conhecida por ser a síntese do Brasil no quesito estatísticas, vem seguindo na contramão no cenário da educação superior. Enquanto no país a quantidade de vagas em cursos a distância superou pela primeira vez o daqueles ministrados em sala de aula, em território mineiro a oferta de graduações presenciais continua reinando. As vagas para estudos on-line avançaram, mas ainda representam pouco mais de um terço do total de cadeiras nas instituições de ensino. Os dados estão no Censo da Educação Superior, divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) com os números da conjuntura nacional e regional relativos a 2018. O levantamento mostrou também que, sem uma política forte de financiamento estudantil, alunos da rede privada estão deixando as salas de aula.

Apesar de o ensino tradicional ainda ser líder em número de vagas, a modalidade vem recuando em número de ingressantes. No estado, as matrículas presenciais chegaram a 648.554, ao passo que as inscrições para cursos a distância somaram quase um terço desse total (203.600). Mas, em relação a 2017, houve redução de 3,1% na quantidade de alunos que assistem às aulas diante da lousa e aumento de 15,6% no total daqueles que optam por se formar fora de sala de aula, diante da tela do computador.

Já quando se considera todo o Brasil, as vagas oferecidas na modalidade presencial totalizaram 6.358.534, sendo ultrapassadas pelos cursos remotos, que tiveram 7.170.567 lugares disponíveis. Minas não acompanhou a tendência nacional: as graduações que exigem o aluno em sala ofereceram 328.385 vagas, enquanto pela internet foram 193.319 oportunidades.

ESCALADA De acordo com o censo, o ingresso em cursos de graduação a distância tem crescido substancialmente nos últimos anos, de forma geral. Em uma década, essa modalidade de ensino dobrou sua participação na educação superior, passando de 20% do total de ingressantes no ensino superior, em 2008, para 40%, em 2018.

No Brasil, mudança na legislação, ainda no governo do ex-presidente Michel Temer, permitiu a expansão de polos, em

um crescimento que tem trajetória mundial. A expectativa era de que até 2023 a educação a distância (EAD) superasse a graduação presencial também em número de matrículas. Agora, a previsão, segundo o presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Celso Niskier, é de que a virada ocorra antes, por causa do salto no número de cursos oferecidos – aumento de mais de 50% de um ano para outro.

O crescimento da modalidade é impulsionado ainda pelo fator financeiro, de distribuição regional e de uso da tecnologia. O primeiro tem a ver a crise econômica e a falta de financiamento estudantil que faz o aluno de menor poder aquisitivo optar pela graduação a distância por ser mais acessível. O segundo se consolida pelo fato de em muitas cidades de pequeno e médio porte polos serem as únicas opções para se fazer um curso superior. “A expansão está criando uma capilaridade em todo o país”, ressalta Niskier. O terceiro se refere à mudança de comportamento da sociedade. “O jovem que ingressa hoje no ensino superior usa mais tecnologia e prefere um curso com flexibilidade de estudar em casa ou no trabalho”, afirma o presidente da Abmes.

Celso Niskier diz que, embora o setor de educação privada seja favorável ao crescimento quantitativo da EAD – até mesmo para se alcançar as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) que prevê, até 2024, 33% dos estudantes entre 18 e 24 anos cursando ensino superior –, a preocupação com a qualidade não sai do radar. “Uma boa instituição presencial vai oferecer bom EAD. Aquelas com limitações também as terão no ensino a distância. Os resultados serão melhores ou iguais ao curso presencial desde que se escolham instituições que tenham qualidade”, avisa.

Se a EAD vive seus momentos de glória, na outra ponta, nos últimos cinco anos, os ingressos nos cursos de graduação presenciais diminuíram 13%. Com uma taxa média de crescimento anual de 3,8%, nos últimos 10 anos, a matrícula na educação superior cresceu 56,4% nesse período. Em 2018, o aumento foi de 1,9%. Com mais de 6,3 milhões de alunos, a rede privada tem três em cada quatro alunos de graduação. Em 2018, a matrícula na rede pública cresceu 1,6% e, na rede privada, 2,1%.



Entre a sala de aula e a sala de casa: no Brasil, oferta de vagas não presenciais superou a das convencionais. Em Minas, número de adeptos da educação a distância também cresce

Fies e Prouni ladeira abaixo

“

O Brasil terá dificuldade de atingir as metas do PNE se não houver mobilização da sociedade para permitir que as pessoas de menor poder aquisitivo possam fazer um curso superior

■ Celso Niskier, presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior

por conta das modalidades de crédito oferecidas pelas próprias instituições de ensino.

Em 2015, o Fies teve seu auge, com quase 1,4 milhão de matrículas. No ano seguinte, caiu para 1.251.815 e despencou no ano seguinte até chegar, em 2018, a 821.122 alunos. O Prouni se manteve relativamente estável até 2017, mas ano passado sentiu o

baque da queda na rede privada, saindo de 609.434 bolsas em 2017, para 575.099 no ano passado. Desde 2015, bolsas e financiamentos feitos diretamente com as universidades vêm numa crescente, saindo de pouco mais de 800 mil naquele ano para o dobro três anos depois.

Mesmo assim, as 1.627.488 matrículas feitas graças a essas

modalidades em 2018 não foram suficientes para alavancar as matrículas presenciais no ensino superior. “As instituições correram atrás para criar outros modelos de financiamentos, mas muitos exigem pagar 50% da mensalidade enquanto se estuda e o restante depois de formado. E muitos estudantes não têm condições de arcar nem com esses 50%”, afirma o presidente da Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior (Abmes), Celso Niskier. “As mudanças no Fies afetaram fortemente o crescimento das instituições como um todo. O Brasil terá dificuldade de atingir as metas do PNE se não houver mobilização da sociedade para permitir que as pessoas de menor poder aquisitivo possam fazer um curso superior. Esse gigante tem pés de barro e não vai crescer enquanto o financiamento não for visto como uma questão social e não pecuniária.”

REDE ESTADUAL

Recuperação recorde entra em reta decisiva

No último bimestre letivo, milhares de estudantes mineiros se debruçam sobre livros e cadernos para recuperar o tempo perdido, aprender conteúdos não assimilados e estudar em dobro para escapar da reprovação no fim do ano. Eles integram as 5.719 turmas distribuídas em todo o território mineiro e montadas no contraturno das escolas da rede estadual de ensino para atender 114 mil alunos com reforço em português e matemática. Cada disciplina oferece duas horas por semana de revisão, até o fim de novembro.

O programa se concentra em adolescentes dos anos finais do ensino fundamental (6º a 9º ano) e dos três anos do ensino médio que haviam abandonado a escola e voltaram às salas de aula ou que estão com notas abaixo da média esperada. Estudante do 1º ano do ensino médio, o jovem Pablo

Emanuel Secundino dos Santos, de 15 anos, é um dos estudantes que já estavam de olho no reforço mesmo antes de ele começar.

Aluno da Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage, no Bairro São Gabriel, na Região Nordeste de Belo Horizonte, ele deixou de frequentar as aulas em abril, mas voltou no início deste semestre, depois de um telefonema da escola. A iniciativa é parte de um programa de busca ativa instaurado pela Secretaria de Estado de Educação (SEE), voltado para alunos infrequentes ou que abandonaram a escola. Por meio dele, 15 mil já retornaram à atividade escolar.

“Agora que voltei, estou 100% focado e não vou perder a oportunidade de avançar”, diz. Pablo conta que fez um bom primeiro bimestre, mas começou a ter desempenho ruim no segundo, motivo



A face do projeto: após se afastar dos estudos em abril, Emanuel Secundino dos Santos recebeu telefonema da escola e resolveu voltar com tudo

que o levou a desistir, ainda no mês de abril. Seu tempo passou a se dividir entre ficar em casa sem fazer nada e jogar bola com os amigos.

“Estava indo bem no início do ano, com notas acima da média, mas depois desanimei. Além disso, me perguntava para que estudar, para que ir à aula...”, relata.

O telefonema da escola marcou um recomeço. “Minha mãe diz que eu tenho potencial e me deu muito apoio. A escola falou que eu não estava tão mal, que dava para recuperar. Lembrou que se

eu ficasse em casa, perderia o ano e prejudicaria meu futuro”, diz. “Agora estou me sentindo bem melhor e corrigindo o que perdi.”

DE VOLTA A Escola Estadual Professor Guilherme Azevedo Lage tem 902 alunos, todos de ensino médio. Dos 126 infrequentes detectados no sistema, 98 retornaram. “Estamos tornando a escola mais agra-

dável. A sala de informática que não estava sendo usada passou a ser, o auditório tem aulas interativas e a biblioteca também está ganhando cara nova”, afirma a diretora Marléia Avelar, que tomou posse em julho com a missão de revigorar o colégio. Outra aposta, segundo ela, é promover a integração com os vizinhos. “Quando temos boa relação com os pais e a comunidade, os alunos voltam para a escola. Tenho uma equipe engajada que permite fazer um excelente trabalho. Tornando a escola mais atrativa, eles permanecem.”

Outra ação que promete mobilizar os alunos é o preparatório para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), idealizado pela professora Danielle Cristine Ferreira Silva, de português, literatura e redação. O curso, que começou no início do mês e será dado em sábados alternados, conta com o trabalho voluntário ainda dos professores de matemática, física e geografia. “Os meninos estão tendo uma oportunidade. Turmas menores permitem um trabalho mais preciso. É uma iniciativa para resgatar os alunos, motivá-los, divulgar a escola e ajudar a comunidade”, afirma Danielle.

A revolução da salas de aula



Novos colégios abrem as portas no Brasil para uma grande transformação no ensino deste século XXI — e os tradicionais se mexem para não ficar para trás

Por Fernanda Thedim e
Maria Clara Vieira

O extenuante exercício de escolher uma escola envolve esforço físico dos pais para peregrinar de uma em uma, frustração por não se identificar com a maioria e um monte de dúvidas sobre a trilha mais certa para uma base sólida que permita ao filho alçar voo-solo na vida adulta. Prepare-se: essa árida jornada ganhou complexidade,

como tudo nestes tempos modernos, extrapolando a questão clássica — vai de colégio tradicional ou construtivista? Mas isso embute uma ótima notícia: há mais opções por aí. Mesmo que muitas escolas brasileiras ainda patinem em mazelas básicas e sigam aferradas à tríade consagrada no século XIX (professor, lousa e giz), outras tantas começam a se sintonizar com o idioma desta era em que o saber enciclopédico cede lugar a uma sala de aula que ensina o aluno a se virar em meio ao desconhecido, conectar (esse é sempre o termo) disciplinas de distintas naturezas e chegar a respostas para problemas concretos.

Pela potência da chacoalhada, especialistas enxergam uma revolução, e ela já causa tremores, dos bons, no Brasil.

Esqueça as carteiras tediosamente enfileiradas e o ambiente estático. Agora, até as paredes se movem para criar ora uma sala mais ampla, ora uma mais concentrada, a depender da atividade. As escolas em busca dos ares do século XXI estão rompendo com o antigo desenho, que não dá espaço a um princípio que lá atrás, em 1897, o pedagogo americano John Dewey já enunciava em seu livro *My Pedagogic Creed: Learning by Doing* — a criança aprende fazendo, experimentando, e não apenas ouvindo. Muitos estudos e anos depois, a ideia se difundiu e desembarca em colégios brasileiros, posta em ação em laboratórios conhecidos como *maker space*, em inglês mesmo, como tantos vocábulos da escola ultramoderna (veja o quadro). Ali, a garotada mexe com chips e baterias, cortadora a laser e até impressora 3D, que dá vida a outra prática bem século XXI, o *design thinking* (método de resolução de problemas que consiste em fracioná-los, produzir protótipos e testá-los). “Já viu uma aula que a criança não quer que termine? Elas ficam 100% envolvidas”, diz Priscilla Torres, diretora em São Paulo da Concept — uma das várias particulares a aderir ao chamado movimento *maker*.





Em prol da sobrevivência, colégios tradicionais estão sendo obrigados a sacudir a velha grade para fazer frente a uma recente leva de escolas que se propõem a oferecer o cardápio completo do século XXI, entre elas a própria Concept (também em Ribeirão Preto e Salvador), a Beacon (São Paulo), a Avenues (São Paulo) e a Eleva (no Rio e, em breve, em Brasília), cujo principal investidor é o empresário Jorge Paulo Lemann (veja a entrevista). São todas bilíngues, com mensalidades de 5?000 a 9?000 reais. Nessa mexida modernizante, novas disciplinas, que antes eram eletivas ou não existiam, chegaram para ficar. A mais comum é coding, em que as crianças aprendem o básico de programação. “Todas as profissões do futuro vão exigir um conhecimento mínimo na área”, afirma Marcelo Pena, diretor pedagógico do colégio Farias Brito, fundado há 84 anos em Fortaleza, campeão no último Enem. O também tradicional Bandeirantes, em São Paulo, decidiu incorporar ainda robótica e cidadania digital, que trata de cyberbullying, fake news e etiqueta nas redes sociais. Outras ensinam — e aí vai mais inglês — global connections (que põe crianças em várias nações debruçadas sobre um mesmo problema em tempo real) e public speaking (sobre falar em público).

A revisão da escola envolve uma saudável e radical reflexão sobre o que importa ensinar nos dias de hoje. “Repassar uma montanha de conteúdo à criança não faz mais sentido em um mundo no qual o conhecimento de alto nível está a um clique”, diz o físico alemão Andreas

Schleicher, que comanda na OCDE o mais reputado ranking mundial da educação. Por isso, países na vanguarda, como Finlândia, Austrália e Singapura, estão passando a faca em seus currículos de modo a ficar apenas com o essencial e abrir lugar para as tão requisitadas habilidades socioemocionais — trabalhar em equipe, lidar com diversidade e adversidades, afiar o senso crítico. É verdade que o Enem ainda demanda matérias a perder de vista, o que obriga as escolas a se manter firmes na quantidade, mas as que não entenderem a necessidade de ampliar o leque vão ficar logo, logo para trás.

O saber organizado em escaninhos muito estanques — matemática, ciências, história, geografia — se prestava bem a tempos em que a ideia era formar gente ultraespecializada para a indústria. Agora, as gerações nas carteiras (ou reunidas ao redor de uma árvore, como em uma aula acompanhada pela reportagem na escola Eleva, onde, acredite, a lição rende muito mais) precisam ser equipadas intelectualmente para solucionar problemas que ainda estão por vir — e eles certamente serão multidisciplinares. “As verdadeiras questões da humanidade demandam a junção de todas as áreas do conhecimento para ser decifradas”, disse a VEJA o sociólogo francês Edgar Morin, um dos grandes pensadores do século XX, que, aos 98 anos, segue como um astuto observador. É justamente sobre essa percepção de Morin que germina nas escolas mundo afora, e também no Brasil, o project-based learning, método que aciona as



ADMIRÁVEL MUNDO NOVO

Práticas e tendências da escola do século XXI começam a ser adotadas no Brasil — com nome em inglês mesmo

■ Adaptive learning

O computador decifra em que estágio o aluno está, adapta o grau de dificuldade da tarefa a cada um, o professor dá aquele empurrão — e eis um ensino personalizado

■ Blended learning

A mistura de aula tradicional, dentro da escola, com lição on-line, feita em casa ou em qualquer canto, às vezes sob a supervisão do professor

■ Byod

Não se espante se a sigla para *bring your own device* (traga seu próprio dispositivo) aparecer na agenda. É um lembrete para a turma carregar na mochila notebook, tablet e celular, que, sim, são bem-vindos e usados na aula

■ Gamification

No aprendizado com a ajuda de jogos, crianças e jovens exercitam raciocínio, trabalho em equipe e resistência ante a derrota

■ Makerspace

Espaço cheio de ferramentas, material de arte e impressora 3D para dar vida a maquetes e abrir a possibilidade de aprender pondo a mão na massa

■ Project-based learning

Ensino através de projetos que interligam ciências, matemática, história, geografia. O princípio é reproduzir o mundo real, que nunca foi tão multidisciplinar

■ Soft skills

Empatia, resiliência, tolerância, capacidade de juntar as peças para solucionar um problema, tudo isso são habilidades socioemocionais, mais do que requisitadas nos dias de hoje





diversas matérias para olhar um mesmo assunto sob variados prismas. Na Concept, que bebeu da fonte finlandesa — referência número 1 no assunto —, o “projeto Lua” engloba gravidade (ciências), a conquista (história) e cálculos da viagem até lá (matemática). Depois, os alunos bolam uma base para fincar na Lua e roupas de astronauta — tudo prototipado em laboratório, claro. O conteúdo exigido está ali, mas embalado de um jeito atraente.

(./.)

A tecnologia, outro recurso para arejar a aula, vem sendo amplamente empregada nessas escolas que ambicionam falar a língua dos tempos atuais — embora, é bom que se frise aos pais à caça de colégio, ela só faça diferença para valer se adotada sob a batuta de um bom professor. Do contrário, tablets e smartphones perigam ser desastrosos ao desviar a atenção do que verdadeiramente importa. “Os alunos só podem entrar na internet quando o professor pede, e ela tem sido útil. É o mundo dessa meninada, a língua que eles falam”, lembra o coordenador Wilton Ormundo, da Móbile, em São Paulo, que, como tantos colégios, embarcou na onda do bring your own device, um convite aos estudantes a levar à escola seus celulares e notebooks, nos quais fazem pesquisa, trabalhos e muito exercício.

Além de animar a lição, propondo jogos — sim, eles fazem parte da nova escola — e interação, a tecnologia serve a um fim valioso: ela personaliza o ensino. Quanto mais inteligente a máquina, melhor. Assim,

quando o aluno executa tarefas no computador, o sistema consegue discernir o nível em que ele está e o conduz conforme seu desempenho, seja sugerindo questões parecidas para sanar lacunas, seja elevando o grau do desafio aos que estão na dianteira. Cabe ao mestre valer-se desses diagnósticos instantâneos sobre cada um para intervir em tempo real, antes de dúvidas virarem grandes gargalos. “Começamos a usar inteligência artificial para dar a cada aluno um trajeto diferenciado dentro da escola”, diz Marcello Vannini, diretor de tecnologia do grupo Objetivo, presente em todos os estados. Mas atenção: nesse campo tudo soa inovador, mas nem sempre é. “Antes de se encantarem com o uso de um tablet, é crucial os pais perguntarem como ele é utilizado e como contribui para o aprendizado”, observa André Carlos Ponce, professor de inteligência artificial da Universidade de São Paulo.

A revolução no ensino passa por um sacolejo no próprio papel do professor e da sala de aula. “A filosofia do século XXI é que o aprendizado extrapole os muros da escola”, ressalta Schleicher. O princípio vem sendo aplicado ao extremo em um conjunto de colégios encravado no Vale do Silício, na Califórnia, naco do planeta recordista em inovações. Ali, vicejam as flipped classroom, sistema invertido em que o aluno assiste em casa, a seu tempo, via computador, às aulas expositivas gravadas e vai à escola para sanar dúvidas, interagir e debater com os colegas. Um dos propagadores do modelo é o matemático americano Salman

Khan, que recebeu o primeiro empurrão do admirador Bill Gates, dono da Microsoft, e produziu um banco de aulas de altíssimo nível, acessado por qualquer um. O professor aí deixa de ser um mero repassador de conteúdo e atua como um tutor (essa é a palavra que começa a despontar) do aprendizado. Muitas escolas daqui oferecem material para que o estudante consuma de onde estiver — e isso é bom, porque resulta em mais horas de estudo, segundo indicam as pesquisas.

Nas últimas décadas, a neurociência produziu avanços notáveis na direção de entender como o cérebro absorve conhecimento. Curioso é que escolas no mundo inteiro tenham dado as costas a essas descobertas, insistindo na fórmula de sempre. Isso está aos poucos mudando no bojo das reviravoltas na sala de aula. Uma das constatações dos cientistas é que a janela de concentração humana durante uma aula expositiva se fecha em não mais do que vinte minutos (e por que mesmo teimamos tanto com os tempos de classe de uma hora?). Daí a relevância de se dobrar à crescente ideia de que a experiência ensina. “Quanto mais sentidos estiverem envolvidos na absorção de conteúdo, mais sólido ele será”, confirma o neurocientista Ariovaldo Silva, da Universidade Federal de Minas Gerais. É duro reconhecer, mas boa parte do que a criança aprende na escola vai sendo descartada ao longo da vida. Eis o pulo do gato: “As chances de uma informação ficar retida na memória aumentam exponencialmente quando ela tem alguma utilidade estratégica





para a sobrevivência ou traz forte conexão emocional”, lembra Silva.

Toca-se aí em uma tecla teórica que escolas brasileiras começam aos poucos a desbravar: como deixar a mente mais receptiva ao aprendizado. Essa é uma possibilidade que abarca campos da emoção para os quais, não faz muito tempo, os mais conservadores torciam o nariz em toda parte. Colégios como o Bernoulli, em Belo Horizonte, no topo do Enem, ensinam técnicas de respiração aos pequenos e vão incluir ioga na grade dos maiores. Pisos de espuma, aliás, já não são tão raros em escolas daqui, simpáticas também à meditação e, como não?, ao conceito muito em voga de mindfulness. É sabido que técnicas dessa natureza ajudam a desenvolver concentração, autocontrole e memória, tudo bem-vindo no fascinante processo de assimilação do conhecimento. Quem diria que a posição de lótus, praticada desde o longínquo século VIII, iria parar nas salas de aula de escolas com os pés fincados no futuro.

“O aluno é o protagonista”

Segundo homem mais rico do Brasil, empresário é o principal investidor em um fundo que financia 120 escolas com 70?000 alunos em oito estados

Por Fernanda Thedim

Segundo homem mais rico do Brasil e dono de marcas internacionais como Budweiser e Burger King, o **empresário Jorge Paulo Lemann**, 80 anos, é o principal investidor em um fundo que financia 120 escolas com 70?000 alunos em oito estados — uma delas, a Eleva, no Rio de Janeiro, é do grupo das mais modernas do país. Lemann falou de educação em rara entrevista, concedida a VEJA por e-mail.

Por que decidiu investir em educação no Brasil?

Melhorar o nível educacional brasileiro é fundamental para diminuir as desigualdades e tornar o país mais competitivo no futuro. Precisamos dar oportunidade para que nossos talentos brilhem.

Como define uma escola do

século XXI?

Ela deve unir rigor acadêmico, bilinguismo e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. A ideia é formar jovens questionadores e criativos, com um grande senso de coletividade e capazes de conquistar o mundo.

Como alcançar esse modelo?

Primeiro, formando diretores e professores para uma nova dinâmica na sala de aula, em que é o aluno o protagonista. E o currículo precisa estar sempre evoluindo para atender a esse mundo que muda a um ritmo cada vez maior.

Qual o papel da escola nestes tempos de informação tão disseminada nas redes sociais?

Ela tem a obrigação de ensinar o aluno a identificar fontes confiáveis, ler opiniões diferentes para chegar à sua e saber extrair o que importa no meio desse excesso.

Dá para fazer o século XXI chegar às escolas públicas?

Sim, e acho fundamental. Obviamente isso passa por adaptações. É preciso simplificar as coisas, deixando sua essência.

Administração. Governo federal estuda formas para racionalizar custos e mudar a gestão, que incluem ainda desvinculação de fundo tecnológico e transferência de saldo para o BNDES; proposta feita pelo Ministério da Economia é combatida por instituições científicas

Fusão de CNPq e Capes opõe ministros; financiamento da Ciência deve mudar

Lígia Formenti | BRASÍLIA

ANDRÉ SOUSA/MEC - UTA/2019

O governo estuda fundir o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A discussão, que ganhou corpo no último mês, está na Casa Civil e tem em campos opostos o Ministério da Educação e Ministério da Ciência e Tecnologia.

Criados em 1951, os dois órgãos têm funções distintas. A Capes tem a missão de aprimorar a formação de profissionais de ensino superior, por meio da pós-graduação, além de ajudar na qualificação de professores de ensino básico e solidificar a educação a distância no País. Já o CNPq se concentra em fomentar projetos de pesquisa, com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil.

O MEC trabalha pela mudança. No formato desenhado, a Capes – ligada à pasta – ficaria encarregada da coordenação. Concretizada a mudança, a pasta da Ciência perderia uma parte importante das atribuições. Pelas redes sociais, o ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações



Weintraub e Pontes. Titular da Educação (à esq.) chamou colega de 'ministro astronauta'

e Comunicações, Marcos Pontes, enfatizou ontem posição contrária. "Existe algum sombreamento de atividades e pontos de melhoria de gestão. Esses problemas já estão sendo trabalhados no CNPq."

A justificativa para a fusão de CNPq e Capes seria a de racionalizar os recursos. Para o próximo ano, a Capes já deverá perder metade do seu orçamento.

A proposta é de que a fundação tenha R\$2,2 bilhões. Já a previsão orçamentária para o CNPq ficou praticamente estável, em R\$ 1,06 bilhão.

O Ministério da Economia já preparou uma proposta, a que o Estado teve acesso, para alterar a gestão do orçamento do Ministério da Ciência e Tecnologia. Além de citar o estudo sobre mudanças na política de bol-

sas do CNPq, a proposta sugere desvinculação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e a transferência do saldo para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Esses recursos hoje são geridos pela Financiadora de Inovação e Pesquisa (FINEP), ligada ao Ministério da Ciência. Outra possibilidade apresenta-





No Congresso, até aliado tem dúvidas

● O Estado apurou que o MEC propõe criar a Fundação Brasileira para a Ciência, que seria o resultado da fusão das duas agências. Essa mudança, porém, não poderia ser feita por decreto presidencial, na avaliação de integrantes do CNPq. Por isso, a proposta precisaria de apoio do Congresso. Seria necessário aprovar medida provisória ou projeto de lei. Mas a ideia não foi bem recebida nem mesmo pela base aliada do governo. O senador Major Olímpio (PSL-SP) cobrou explicações e estudos mais detalhados sobre a fusão. / ISABELA PALHARES

da pela equipe econômica seria criar um fundo privado, com aporte da União, para substituir o FNDCT.

Numa discussão realizada semana passada na Casa Civil, o descompasso entre MEC e o Ministério da Ciência e Tecnologia ficou evidente, ampliando o mal-estar. Anteontem, o titular da Educação, Abraham Weintraub, chamou o colega no go-

verno de "ministro astronauta" em uma entrevista a jornalistas.

Repercussão. A proposta é combatida por instituições ligadas à ciência, pesquisa e inovação. Em uma carta divulgada ontem, 14 delas – incluindo Associação Brasileira de Ciência e Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos de Inovação – afirmam que a fusão poderia trazer consequências comprometedoras para o sistema de ensino e pesquisa do País. "A fusão traria confusão para um sistema que desde a década de 1950 trabalha de forma harmônica", afirmou o presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu Castro Moreira. Ele observa ainda que não há estudos que mostrem qual seria o impacto econômico da fusão. "Não haveria economia."

O comunicado também defende a permanência do FNDCT e sua gestão pela Finep. O Estado procurou o Ministério da Economia, que não se pronunciou. O mesmo ocorreu com a pasta da Ciência. Em nota, o MEC afirmou que "acatará a decisão que o presidente da República considerar mais conveniente para o Brasil".

broadcast de olho nas açõesEMAIL: torre@estado.com.br**Setor de educação mostra retomada rápida após crise e anima analistas**

Renato Carvalho

A reestruturação e os números divulgados recentemente pelas empresas de educação listadas na Bolsa parecem ter dado novo fôlego para as ações dessas companhias. Pelo menos essa é a visão dos analistas que acompanham o segmento, ressaltando que a recuperação operacional apresenta um ritmo mais rápido do que o esperado.

Ricardo Peretti, estrategista de pessoa física do Santander, cita o crescimento na captação de novos alunos pela Yduqs (+45% na comparação anual) e Ser Educacional (+53%) para o segundo semestre deste ano. Sobre a Kroton, que passou a se chamar Cogna Educação, ele acredita que a reestruturação mostra que a empresa quer “destravar valor”.

“Nossas expectativas para o desempenho do segmento educacional na Bolsa de Valores continuam positivas, o que deve continuar sendo percebido pelos investidores como uma proxy tardia para o consumo no País. Por fim, os *valuations* descontados em relação a outros setores de consumo ainda sugerem um potencial de valorização para o futuro”, afirma.

O analista da Guide Investimentos Luis Sales lembra que por muito tempo as empresas foram bastante depen-

• Destaques

Maiores altas entre as ações indicadas na última semana

	VARIAÇÃO NA SEMANA	Nº DE VEZES CITADA	VALOR (ÚLTIMO FECH.) EM R\$
B2W ON	8,2%▲	1	53,00
Notre Dame ON	5,3%▲	1	59,50
Magazine Luiza ON	4,6%▲	2	40,50
Bradesco PN	4,4%▲	3	34,01
Vale ON	4,4%▲	5	48,64

NA WEB: VEJA TODAS AS RECOMENDAÇÕES DAS CORRETORAS EM www.economia.estadonline.br/infografico/estacao

des do financiamento público, por meio do Fies. “Com a diminuição do programa, as companhias devem buscar se adaptar a uma nova realidade para o setor, ampliando a atuação no setor de educação básica e adotando o modelo de negócios (B2B) com a gestão de escolas e universidades, além do fornecimento de material”.

Sales aponta que a educação básica ainda é pouco explorada por essas empresas e é um segmento ainda muito pulverizado. Por isso, ele sugere como melhor escolha do setor a Cogna, por estar melhor posicionada para crescer em novos mercados.

André Ferreira, analista da MyCap, faz uma ressalva em relação ao crescimento demonstrado pelas empresas, que vem sendo impulsionado pelos

cursos com ensino a distância.

“Uma das estratégias adotadas pelas empresas para impulsionar tal crescimento foi o ajuste nos preços da mensalidade, o que preocupa de certa forma os investidores, pois não necessariamente será acompanhado de um bom resultado financeiro”. Ele também aponta a Cogna como sua ação preferida no setor.

Outra corretora que cita a Cogna como preferida é a Mirae Asset. Segundo Pedro Galdi, analista da corretora, a tendência do setor é de melhora. “A necessidade de formação para disputar o mercado de trabalho também será vetor importante para os resultados das empresas”.

Alvaro Bandeira, economista-chefe do Modalmais, projeta muitas fusões e aquisições, mas lembra que as empresas ainda dependem bastante de políticas públicas. “Por isso, as recomendações devem ser de mais longo prazo e nossas escolhas recaem sobre Estácio e Ser. Esta última com maior taxa de crescimento nos anos recentes”.

Foram feitas poucas mudanças nas carteiras recomendadas pelas corretoras para a próxima semana. A Planner fez duas alterações, inserindo Banco ABC Brasil PN e Carrefour ON. A Mirae também fez duas mudanças, com as entradas de Carrefour ON e Itaú Unibanco PN.

A MyCap foi outra que mudou duas ações em relação à semana passada, colocando na lista Bradesco PN e Sanepar Unit. A Guide fez uma mudança, com a entrada de Duratex ON na sua carteira.